



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2019
EDITAL Nº 001/2021 - RETOMADA DO CONCURSO PÚBLICO AO CARGO DE AUDITOR TRIBUTÁRIO

Comunica a Retomada do Concurso ao Cargo de Auditor Tributário em atendimento à decisão judicial junto ao Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2019

A PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO:

1 Que promoverá a retomada do Concurso Público ao cargo de **Auditor Tributário**, em cumprimento de sentença proferida nos autos nº 0003788-04.2019.8.16.0109, cujo teor da decisão registra:

“ ...diante do exposto, com fulcro no art. 487, inciso i, do Código de Processo Civil, julgo procedente, com resolução de mérito, o pedido inicial, para o fim de, ratificando a decisão liminar, anular a questão de no 30, da prova objetiva aplicada para o cargo de Auditor Tributário do Município de Mandaguari/PR, regido pelo Edital no 001/2019.”

2. Diante da decisão proferida, divulga-se o gabarito definitivo ao cargo de Auditor Tributário conforme segue:

LEGENDA:
X = questão anulada

Auditor Tributário

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	A	B	D	A	C	D	C	C	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	C	C	B	B	A	A	A	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	D	B	C	C	B	D	C	X



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

3. Divulga-se a previsão de cronograma para as próximas etapas do Concurso Público ao cargo de Auditor Tributário, conforme segue:

Divulga notas preliminares das provas objetivas	09/05/2021
Recurso das notas preliminares das provas objetivas	12 e 13/05/2021
Divulga notas definitivas das provas objetivas	16/05/2021
Convoca candidatos para entrega de títulos	16/05/2021
Entrega de títulos	22 e 23/05/2021
Divulga notas preliminares de títulos	28/05/2021
Recurso das notas preliminares de títulos	29 e 30/05/2021
Divulga notas definitivas de títulos e Classificação Final Preliminar	05/06/2021
Recurso da classificação final preliminar	06 e 07/06/2021
Divulga classificação final definitiva	12/06/2021
Homologa o resultado final do Concurso para o cargo de Auditor Tributário	12/06/2021

MANDAGUARI, 04 de maio de 2021.

**Elizabeth Cardoso Alexandre
PRESIDENTE DA COMISSÃO**

Presente o constante dos autos, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Mandaguari, 13 de setembro de 2019

HUDSON EFRAIN THEODORO GUIMARÃES

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:F1B6F887

**CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA**

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA

Ratifico o ato de dispensa da Comissão de Licitação, com fundamento no art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, a favor da empresa SP VIAGENS E TURISMO –EIRELI. Inscrita no CNPJ sob o nº19.407.783/0001-50, no valor de 1.481,24 (Um mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos) referente à COMPRA DE 04 PASSAGENS AÉRIAS IDA E VOLTA PARA CURITIBA, presente o constante dos autos, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Mandaguari, 16 de setembro de 2019.

HUDSON EFRAIN THEODORO GUIMARÃES

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:3C7E9A65

**CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
EXTRATO CONTRATO DISPENSA 36-2019 PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO**

**EXTRATO CONTRATO
DISPENSA 36-2019
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI, com sede a rua Manoel Antunes Pereira, nº. 297, na cidade de Mandaguari-PR, inscrita no CNPJ sob nº. 95.639.548/0001-92, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. HUDSON EFRAIN THEODORO GUIMARÃES, brasileiro, casado, agente público, portador da R.G. nº. 9.407.087-2 e do CPF sob o nº. 059.114.059-46, e

CONTRATANTE: EMPRESA JORNALÍSTICA COMETA LTDA - ME, com sede na Rua Engenheiro Alceu Cesar, nº 22, centro, na Cidade de Mandaguari-PR, inscrita no CNPJ sob nº. 79.097.614-0001-93, representada neste ato pelo Senhor RAFAEL FELIPE BITTENCOURT, brasileiro, portador da RG. sob nº. 8.851.677-0 e do CPF sob nº. 008.293.429-07.

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação impressa de publicidade de utilidade pública e/ou institucional da Câmara Municipal de Mandaguari em jornal de circulação local.

Valor estimado de até: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Foro: Comarca de Mandaguari, Estado Paraná.

Mandaguari, 03 de Setembro de 2019.

HUDSON EFRAIN THEODORO GUIMARÃES

Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:BE30855C

**FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E
LETRAS DE MANDAGUARI
RELAÇÃO DOS CREDENCIADOS PARA COMPOR
SUBCOMISSÃO TÉCNICA**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 3/2019

**RELAÇÃO DOS CREDENCIADOS PARA
COMPOR SUBCOMISSÃO TÉCNICA**

Apresenta-se relação nominal das pessoas físicas credenciadas através do Chamamento Público nº 3/2019, para formação de Subcomissão Técnica que farão a avaliação e julgamento das Propostas Técnicas referentes à Tomada de Preços nº 1/2019:

Nº	CREENCIADOS	QUALIFICAÇÃO
1	André Luiz de Canini	Formação em Comunicação Social
2	Bruno Mosconi Strazzi	Formação em Comunicação Social
3	Cássio Luis de Souza Soares	Formação em Tecnologia em Marketing
4	Charles Mória	Formação em Tecnologia em Marketing
5	Jaimes Martins Tempesta	Formação em Tecnologia em Marketing
6	Marlon Augusto de Moraes	Formação em Tecnologia em Marketing
7	Rafael Felipe Bittencourt	Proprietário de empresa Jornalística
8	Randhal Guaiume Correia	Atuação no Departamento de Comunicação Social e Cerimonial
9	Wanderley Rodrigues Moura Junior	Proprietário de Empresa de Comunicação

A sessão pública para realização do sorteio para formação da Subcomissão Técnica acontecerá no dia 23/09/2019, às 14h, na sala de reuniões do campus da UNIMAN, localizada à Rua René Távola, nº 152, centro, Mandaguari/Pr.

O pedido de impugnação dos credenciados, mediante fundamentos jurídicos plausíveis, deverá ocorrer até 48 (quarenta e oito) horas, antes do início da sessão pública de que trata o parágrafo anterior.

Mandaguari, 16 de setembro de 2019.

NÉSIA DA MATA PASSOS

Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Rosângela Aparecida Paulino de Oliveira
Código Identificador:2AE695CB

**GABINETE DO PREFEITO
MUNICÍPIO DE MANDAGUARI CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2019 EDITAL Nº 021/2019 – EDITAL DE
SUSPENSÃO DO CONCURSO PÚBLICO AO CARGO DE
AUDITOR TRIBUTÁRIO**

**CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2019
EDITAL nº 021/2019 – EDITAL DE SUSPENSÃO DO
CONCURSO PÚBLICO AO CARGO DE AUDITOR
TRIBUTÁRIO**

Dispõe a suspensão do Concurso Público ao cargo de Auditor Tributário aberto pelo Edital nº 001/2019.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO (ESTATUTÁRIO) E TESTE SELETIVO (CLT) DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA:

A **SUSPENSÃO** do Concurso Público ao cargo de **AUDITOR TRIBUTÁRIO**, até ulterior decisão, considerando a liminar concedida nos autos nº 0003788-04.2019.8.16.0109.

Para mais informações, os candidatos deverão acompanhar os editais do concurso público por meio dos sites www.fauel.org.br, <http://www.mandaguari.pr.gov.br/> e Diário Oficial do Município de Mandaguari <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>.

Mandaguari, 17 de setembro de 2019.

ELISABETH CARDOSO ALEXANDRE

Presidente da Comissão



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a abertura de inscrições e estabelece as normas para a realização de Concurso Público para provimento das vagas existentes para os cargos constantes deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público, observada a legislação específica, será regido pelas regras estabelecidas no presente Edital, e executado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina– FAUEL, com sede na Rua Fernando de Noronha, nº 1.426, CEP 86.060-410, Londrina/PR, endereço eletrônico www.fauel.org.br e correio eletrônico concursomandaguari@fauel.org.br.

1.2 A seleção dos candidatos inscritos para o Concurso Público de que trata o presente Edital consistirá de três etapas, conforme o cargo público, a saber:

a) **1ª Etapa** – avaliação de conhecimentos por meio de prova escrita objetiva de múltipla escolha **para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório;**

b) **2ª Etapa** – prova prática de **caráter eliminatório e classificatório**, somente para os cargos de **Motorista (AB, D e E), Operador de Máquina Pesada e Tratorista.**

c) **3ª Etapa** – prova de títulos de **caráter classificatório**, somente para os **cargos de Professor, Educador Infantil, Auxiliar Educacional e demais cargos de Ensino Superior;**

1.3 A inscrição no concurso público implicará na aceitação tácita das normas estabelecidas neste Edital e em outros que forem publicados durante a realização do concurso, cujas regras, normas e critérios obrigam-se os candidatos a cumprir, bem como de que têm ciência e aceitam que deverão, caso aprovados, entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo no ato da posse.

1.4 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este concurso público por meio do endereço eletrônico www.fauel.org.br e Diário Oficial dos Municípios do Paraná, veículo oficial de comunicação do Município de Mandaguari, disponível em www.diariomunicipal.com.br/amp/ e site da Prefeitura www.mandaguari.pr.gov.br, bem como manter atualizado o endereço informado no ato de inscrição para fins de contato com o candidato, caso a Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo (CLT) do Município de Mandaguari, julgue necessário.

1.5 Será admitida a impugnação deste edital ou suas eventuais alterações, desde que por escrito e devidamente fundamentada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar de sua publicação, a qual deverá ser enviada via Sedex com aviso de Recebimento (AR) para a FAUEL – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, na Rua Fernando de Noronha, nº 1.426, CEP 86.060-410, Londrina, Estado do Paraná, ou protocolada presencialmente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Mandaguari, situada na Avenida Amazonas, 500 – Centro, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente das 7:30 as 11:30 e 13:00 as 17:00, aos cuidados da Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo (CLT) do Município de Mandaguari.

1.5.1 A petição de impugnação deverá ser endereçada ao Presidente **da Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo (CLT) do Município de Mandaguari**, devendo o impugnante, necessariamente, indicar o(s) subitem(ns) que será(ão) objeto(s) de sua impugnação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

1.5.2 Da decisão sobre a impugnação não cabe recurso administrativo.

1.5.3 As respostas às impugnações serão disponibilizadas em um único arquivo no endereço eletrônico www.fauel.org.br, em até 05 (cinco) dias úteis após o prazo de recebimento das impugnações.

1.6 Todos os prazos fixados neste Edital correrão a partir das datas de suas publicações, excluindo-se o dia da publicação e incluindo-se o dia do vencimento.

1.7 Este Concurso Público dar-se-á em conformidade com os dispositivos da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município de Mandaguari, Lei Municipal 3.208/2018, Lei 1.068/2006, Lei Municipal 1.327/2008, Lei Complementar 3.204/2018 e Lei Municipal 611/2001, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do município de Mandaguari, bem como suas alterações posteriores, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.mandaguari.pr.gov.br/>

1.8 O prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final pelo Prefeito Municipal de Mandaguari, prorrogável por uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.9 O Concurso Público será acompanhado pela Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo (CLT) do Município de Mandaguari, designada pelo Prefeito Municipal de Mandaguari, por meio do Decreto 094/2019.

1.10 O candidato que não tiver acesso à internet poderá utilizar, durante o período de realização do concurso, terminais disponibilizados no Paço Municipal, situado na Avenida Amazonas, 500 – Centro no horário de expediente, das 7:30 as 11:30 e 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira.

1.11 Fica vedada a participação na Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo (CLT) do Município de Mandaguari e na Comissão Organizadora da FAUEL e nas Bancas Examinadoras de pessoas que tenham entre os candidatos cuja inscrição haja sido deferida, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.12 Os motivos de suspeição e de impedimento deverão ser comunicados ao Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo (CLT) do Município de Mandaguari, por escrito, até 05 (cinco) dias úteis após a publicação no Diário Oficial do Município de Mandaguari através do site www.diariomunicipal.com.br/amp/, da relação dos candidatos inscritos.

2. DOS CARGOS, REQUISITOS, NÚMERO DE VAGAS, JORNADA DE TRABALHO, REMUNERAÇÃO, TIPOS DE PROVAS, ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS E VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO.

2.1 Os cargos públicos, os requisitos de admissão, a remuneração, a jornada de trabalho semanal, as vagas para a ampla concorrência (Vagas AC), as vagas para pessoas com deficiência (PcD), o valor da taxa de inscrição, os tipos de provas a serem aplicadas, bem como suas datas de realização são os estabelecidos a seguir:

Cargos Públicos – Quadro Geral	Vagas AC	Vagas PcD	Salário	Requisitos	Jornada de Trabalho	Tipos de Provas	Taxa de Inscrição	Período de aplicação da prova objetiva
Advogado	CR	*	R\$3.614,70	Ensino Superior em Direito, com	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

				registro na Ordem dos Advogados – OAB				
Agente Fiscal	CR	*	R\$1.863,04	Ensino Médio Completo;	40	Objetiva	R\$ 80,00	Matutino
Agente Municipal de Trânsito	CR	*	R\$1.863,04	Ensino Médio Completo e carteira nacional de habilitação AB	40	Objetiva	R\$ 80,00	Matutino
Arquiteto	CR	*	R\$3.548,10	Curso de nível superior em Arquitetura, com Registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Assistente Social	01+CR	*	R\$3.080,03	Curso de nível superior de Serviço Social, com registro no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS	30	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Auditor Tributário	CR	*	R\$3.548,10	Ensino superior completo em administração, ciências contábeis, ciências econômicas, direito ou gestão pública, com registro no órgão de classe.	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Vespertino
Auxiliar Administrativo	02+ CR	*	R\$1.387,00	Ensino Médio Completo	40	Objetiva	R\$ 80,00	Vespertino
Auxiliar de conservação e	09 + CR	01	R\$ 1.217,87	Ensino Fundamental	40	Objetiva	R\$ 50,00	Matutino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

limpeza				Completo				
Auxiliar de farmácia	02 + CR	*	R\$1.381,82	Ensino Médio Completo	40	Objetiva	R\$ 80,00	Matutino
Auxiliar saúde bucal	02 + CR	*	R\$1.381,82	Ensino Médio completo, com habilitação na área específica e registro no Conselho Regional de Odontologia – CRO;	40	Objetiva	R\$ 80,00	Vespertino
Auxiliar Serviços Gerais	17 + CR	01	R\$ 1.217,87	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Vespertino
Borracheiro	01 + CR	*	R\$1.285,25	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Matutino
Comunicador Social	CR	*	R\$ 2.341,89	Curso de nível superior em Comunicação Social, jornalismo e marketing. Registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por Lei.	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Contador	CR	*	R\$3.548,10	Curso de Nível Superior em Contabilidade, com respectivo registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade –	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

				CRC				
Coveiro	01 + CR	*	R\$1.217,87	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Matutino
Economista	CR	*	R\$3.548,10	Curso de Nível Superior em Economia, com respectivo registro junto ao Conselho Regional de Economia – CORECON	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Eletricista	02 + CR	*	R\$1.488,09	Ensino Médio Completo e Formação Técnica na Área (residencial, predial e industrial) e curso de NR10, com registro no CREA	40	Objetiva	R\$ 80,00	Matutino
Eletricista de veículos	01 + CR	*	R\$1.765,68	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Matutino
Encanador	01 + CR	*	R\$1.285,25	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Matutino
Enfermeiro em turno de revezamento	02 + CR	*	R\$3.230,27	Curso de nível superior de Enfermagem, com registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN.	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Enfermeiro	01+ CR	*	R\$3.230,27	Curso de nível superior de Enfermagem, com	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Vespertino

Página 5 de 49



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

				registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN.				
Engenheiro Agrônomo	CR	*	R\$3.548,10	Curso de nível superior de Agronomia, com registro no Conselho Regional - CREA.	40	Objetiva	R\$ 120,00	Matutino
Engenheiro civil	CR	*	R\$3.548,10	Curso de nível superior de Engenharia Civil, com registro no Conselho Regional - CREA.	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Engenheiro de Trânsito	CR	*	R\$ 3.548,10	Curso superior em Engenharia Trânsito com registro no conselho competente.	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Farmacêutico/bio químico	01 + CR	*	R\$2.123,59	Curso de nível superior de Farmácia Bioquímica, com registro no Conselho Regional de Farmácia - CRF.	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Fisioterapeuta	01 + CR	*	R\$2.123,59	Curso de nível superior de Fisioterapia, com registro no Conselho Regional de Fisioterapia – CREFITO	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Fonoaudiólogo	01 + CR	*	R\$2.341,90	Curso de nível superior de Fonoaudiologia, com registro no	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

				Conselho Regional de Fonoaudiologia – CREFONO				
Funileiro	01	*	R\$1.285,25	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Matutino
Gari	04 + CR	*	R\$1.217,87	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Matutino
Geógrafo	CR	*	R\$2.341,90	Curso de nível superior geografia, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Gestor em Meio Ambiente	CR	*	R\$2.341,90	Curso de nível superior na área, com registro no Conselho Regional da área.	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Jardineiro	02 + CR	*	R\$1.217,87	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Vespertino
Lavador de veículos	01 + CR	*	R\$1.217,87	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Matutino
Mecânico de motor diesel	01 + CR	*	R\$1.765,68	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Vespertino
Médico Cardiologista	01+CR	*	R\$ 6.521,04	Curso de nível superior de Medicina, com especialização em Cardiologia (equivalente a	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino

Página 7 de 49



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

				pós-graduação), com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.				
Médico Clínico Geral - 20h	03 + CR	*	R\$ 6.521,04	Curso de nível superior de Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Médico Clínico Geral - 40h	01 + CR	*	R\$12.477,8 9	Curso de nível superior de Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Vespertino
Médico Clínico Geral -Plantonista	CR	*	R\$ 1.145,87	Curso de nível superior de Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.	(Plantão de 12(doze) horas com mínimo de descanso de 36 (trinta e seis) horas	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Médico Dermatologista	01+CR	*	R\$ 6.521,04	Curso de nível superior de Medicina, com especialização em Dermatologia (equivalente a pós-graduação), com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Médico Ginecologista/obstetra	01 + CR	*	R\$ 6.521,04	Curso de nível superior de Medicina, com especialização em Ginecologia e obstetrícia (equivalente a pós-graduação), com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Médico Neurologista	01 + CR	*	R\$ 6.521,04	Curso de nível superior de Medicina, com especialização em Neurologia (equivalente a pós-graduação), com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Médico Oftalmologista	01 + CR	*	R\$ 6.521,04	Curso de nível superior de Medicina, com especialização em Oftalmologia (equivalente a pós-graduação), com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Médico Ortopedista	01 + CR	*	R\$ 6.521,04	Curso de nível superior de Medicina, com especialização em Ortopedia (equivalente a pós-graduação), com registro no Conselho	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

				Regional de Medicina – CRM.				
Médico Otorrinolaringologista	01 + CR		R\$ 6.521,04	Curso de nível superior de Medicina, com especialização em Otorrinolaringologia (equivalente a pós-graduação), com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Médico Pediatra	01 + CR	*	R\$ 6.521,04	Curso de nível superior de Medicina, com especialização em Pediatria (equivalente a pós-graduação), com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Médico Psiquiatra	01 + CR	*	R\$ 6.521,04	Curso de nível superior de Medicina, com especialização em Psiquiatria (equivalente a pós-graduação), com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Médico Radiologista	CR	*	R\$ 6.521,04	Curso de nível superior de Medicina, com especialização em Radiologia (equivalente a pós-graduação), com registro no	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

				Conselho Regional de Medicina – CRM.				
Médico Urologista	01+CR	*	R\$ 6.521,04	Curso de nível superior de Medicina, com especialização em Urologia (equivalente a pós-graduação), com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Médico Veterinário	CR	*	R\$3.548,10	Curso de nível superior de Medicina Veterinária, com registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária– CRMV	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Motorista AB	02 + CR	*	R\$ 1.458,38	Ensino Fundamental completo, Carteira Nacional de Habilitação, categoria “AB”	40	Objetiva e Prática	R\$ 50,00	Vespertino
Motorista D	06 + CR	01	R\$1.765,68	Ensino Fundamental completo, Carteira Nacional de Habilitação, categoria “D”;	40	Objetiva e Prática	R\$ 50,00	Matutino
Motorista E	CR	*	R\$1.765,68	Ensino Fundamental completo, Carteira Nacional de Habilitação, categoria “E”	40	Objetiva e Prática	R\$ 50,00	Matutino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Nutricionista	01+CR	*	R\$2.341,90	Curso de nível superior de Nutrição, com registro no Conselho Regional de Nutrição – CRN.	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Odontólogo – 20h	01+CR	*	R\$ 2.181,69	Curso de nível superior de Odontologia, com registro no Conselho Regional de Odontologia – CRO.	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Odontólogo – 40h	01+CR	*	R\$ 3.825,17	Curso de nível superior de Odontologia, com registro no Conselho Regional de Odontologia – CRO.	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Vespertino
Odontopediatra	01+CR	*	R\$2.455,23	Curso de nível superior de Odontologia com especialização em Odontopediatria, com registro no Conselho Regional de Odontologia – CRO.	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Operador de máquina pesada	04 + CR	*	R\$1.765,68	Ensino Fundamental completo, Carteira Nacional de Habilitação, categoria “D”;	40	Objetiva e Prática	R\$ 50,00	Vespertino
Orientador social	02 + CR	*	R\$ 1.387,00	Ensino Médio completo, conhecimento da legislação	40	Objetiva	R\$ 80,00	Vespertino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

				específica.				
Padeiro	CR	*	R\$ 1.217,87	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Matutino
Pedreiro	02 + CR	*	R\$1.285,25	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Matutino
Pintor de obras	01 + CR	*	R\$1.285,25	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Vespertino
Psicólogo	01 + CR	*	R\$2.181,69	Curso de nível superior de Psicologia, com registro no Conselho Regional de Psicologia – CRP	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Recepcionista	01+ CR	*	R\$1.387,00	Ensino Médio Completo	40	Objetiva	R\$ 80,00	Vespertino
Recepcionista revezamento	01+ CR	*	R\$1.301,07	Ensino Médio Completo	12 horas trabalhadas com 36 horas de descanso (12x36)	Objetiva	R\$ 80,00	Matutino
Resgatista/Socorrista – revezamento	CR	*	R\$ 1.586,84	Ensino Médio completo, com Carteira Nacional de Habilitação, categoria “D”	12 horas trabalhadas com 36 horas de descanso (12x36)	Objetiva	R\$ 80,00	Matutino
Soldador	CR	*	R\$1.285,25	Ensino Fundamental Completo, com curso de soldador	40	Objetiva	R\$ 50,00	Matutino
Técnico de enfermagem	02 + CR	*	R\$1.586,84	Ensino Médio completo, com habilitação na área específica e registro no	40	Objetiva	R\$ 80,00	Matutino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

				Conselho Regional de Enfermagem – COREN;				
Técnico de enfermagem em turno de revezamento	02 + CR	*	R\$1.586,84	Ensino Médio completo, com habilitação na área específica e registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN;	12 horas trabalhadas com 36 horas de descanso (12x36)	Objetiva	R\$ 80,00	Vespertino
Técnico de Meio Ambiente	CR	*	R\$1.586,84	Ensino Médio completo, com habilitação na área específica	40	Objetiva	R\$ 80,00	Matutino
Técnico de Raio-X	01 + CR	*	R\$1.586,84	Ensino Médio completo, com habilitação na área específica e registro no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia - CRTR.	20	Objetiva	R\$ 80,00	Matutino
Técnico Desportivo	CR	*	R\$2.341,90	Curso de nível superior de educação Física, com registro no Conselho Regional de Educação Física – CREF	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Tecnólogo em Desenho da Construção Civil	CR	*	R\$1.586,84	Ensino médio, com habilitação em técnico em desenho da construção civil	40	Objetiva	R\$ 80,00	Matutino
Tesoureiro	CR	*	R\$3.548,10	Curso de nível superior Completo nas áreas contábeis,	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

				administração, economia e matemática.				
Topógrafo	CR	*	R\$ 1.586,84	Ensino Médio completo, conhecimento da legislação específica.	40	Objetiva	R\$ 80,00	Matutino
Tratorista	01+CR	*	R\$1.765,68	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva e Prática	R\$ 50,00	Matutino
Vigia	07 + CR	01	R\$1.217,87	Ensino Fundamental Completo	40	Objetiva	R\$ 50,00	Matutino

Cargos Públicos – Magistério	Vagas AC	Vagas PcD*	Salário	Requisitos	Jornada de Trabalho	Tipos de Provas	Taxa de Inscrição	Período de aplicação da prova objetiva
Auxiliar Educativa	04 + CR	01	R\$1.548,35	Formação em Magistério, Formação de Docentes ou equivalente em nível médio ou Curso Superior em Pedagogia	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Vespertino
Educador infantil	02+CR	*	R\$2.557,74	Formação em Magistério, Formação de Docentes ou equivalente em nível médio ou Curso Superior em Pedagogia	40	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino
Professor	02+CR	*	R\$1.278,87	Formação em Magistério,	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Matutino



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

				Formação de Docentes ou equivalente em nível médio ou Curso Superior em Pedagogia				
Professor Educação Física	01 + CR	*	R\$1.278,87	Curso de nível superior de educação Física, com registro no Conselho Regional de Educação Física – CREF	20	Objetiva e Títulos	R\$ 120,00	Vespertino

LEGENDA:

CR – Cadastro de Reserva

* Considerando o quantitativo de vagas previstas não haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência

2.2 O número de vagas previstas no subitem 2.1 é para nomeação no prazo de validade do presente concurso público, e será acrescido das vagas que surgirem ou forem criadas durante este período.

2.3 As vagas previstas neste Edital serão distribuídas entre as unidades da Administração Municipal. Os servidores poderão ser lotados e remanejados para qualquer unidade do Município de acordo com as necessidades da Administração.

2.4 O ingresso no quadro dos cargos efetivos de carreira se dará no nível e referência inicial da respectiva carreira, independente da habilitação que o candidato possuir na data de sua nomeação.

2.6 O candidato será submetido ao regime Estatutário, com direitos, vantagens, obrigações e atribuições especificadas na Lei Orgânica do Município de Mandaguari, Lei 3.208/2018, Lei 1.327/2008, Lei Complementar 3.204/2018 e Lei Municipal 611/2001, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do município de Mandaguari, bem como suas alterações posteriores, e legislação pertinente que vier a ser aplicada, sendo os cargos do Magistério regidos pela Lei Municipal 1.327/2008.

2.7 O candidato filiar-se-á ao Regime Geral da Previdência Social, conforme previsão na Lei Municipal 611/2001.

2.8 Os vencimentos básicos constantes no subitem 2.1 poderão ser acrescidos de gratificações, adicionais e outros benefícios e direitos previstos em Lei.

2.9 A inscrição no Concurso Público implicará na aceitação por parte do candidato de que deverá desempenhar as atribuições do cargo, descritas neste edital, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

2.10 As atribuições dos cargos são as previstas no Anexo II, parte integrante deste edital, sendo que as atribuições ali descritas não limitam nem exoneram os servidores de outras ou novas que venham a ser criadas por Lei, Decreto, Ordens de Serviço, legislações municipais e normativas sobre a profissão.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

3. DO PEDIDO DE ISENÇÃO DO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DO RESULTADO DA ANÁLISE

3.1 Os candidatos que atenderem às condições estabelecidas abaixo, poderão solicitar isenção da taxa de inscrição à Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo (CLT) do Município de Mandaguari **nos dias 14 e 15 de maio de 2019**, através do preenchimento da Ficha de Solicitação de Isenção que será disponibilizada no site www.fauel.org.br, conforme disposto neste item.

3.2 CADÚNICO:

3.2.1 Haverá isenção da taxa de inscrição para o candidato que:

I - Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e

II - For membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

3.2.2 A isenção mencionada no caput deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, contendo:

a) Indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico; e

b) Declaração de modo eletrônico de que atende à condição estabelecida no subitem 3.2.1, II;

3.2.3 A FAUEL consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

3.2.4 A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto no 83.936, de 6 de setembro de 1979.

3.2.5 Será considerada “família de baixa renda”, para fins deste Edital, a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio, com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.

3.2.6 Por renda familiar mensal entende-se a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos dos seguintes programas:

a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

b) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;

c) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;

d) Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;

e) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; e

f) Demais programas de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

3.2.7 A **Ficha de Solicitação de Isenção** deverá ser preenchida de modo eletrônico, com as informações pessoais exatamente iguais às constantes na **Folha Resumo do Cadastro Único (CadÚnico)**.

3.2.8 A FAUEL analisará os dados da Folha Resumo por meio de consulta ao portal **Consulta Cidadão – Cadastro Único**, disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA pelo endereço eletrônico <http://www.mds.gov.br/consultacidade>, em que será verificada a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

3.2.9 Além da análise, coleta de dados e avaliação sócio-econômica do candidato, a Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo (CLT) e representantes da Fundação de Apoio ao



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina– FAUEL poderão, se necessário, efetuar visita domiciliar ao requerente do benefício.

4. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA INSCRIÇÃO APLICÁVEIS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1 É assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever neste concurso público para admissão em cargo público cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência, observadas as exigências de escolaridade, aptidão e qualificação profissional, nos termos da lei, devendo o candidato observar, no ato da inscrição, além das condições gerais estabelecidas neste Edital, também as condições especiais previstas neste item, para que possa fazer uso das prerrogativas facultadas a esse grupo.

4.2 São consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e Lei Estadual nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, e nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) (“O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes”), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

4.2.1 O interditado legalmente não poderá concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, independente do nível de deficiência em que estiver enquadrado.

4.2.2 Não serão consideradas como deficiência as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção mediante o uso de lentes ou aparelhos específicos.

4.3 À pessoa com deficiência, amparada pelo artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal e art. 9º da Lei Complementar nº 060/2016, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado, no mínimo, o percentual de **5% (cinco por cento)** das vagas oferecidas por cargo no concurso, em face da classificação obtida.

4.3.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que respeite o percentual máximo de **10% (dez por cento)** do total de vagas por cargo oferecidas no certame.

4.4 O percentual de vagas reservadas aos candidatos com deficiência deve incidir sobre o total de nomeações efetivamente realizadas durante a validade do concurso público, inclusive em relação a futuras ampliações de vagas autorizadas, desde que o quantitativo assim permita.

4.5 O candidato com deficiência, durante o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, além de observar os procedimentos descritos no item 6 deste Edital, deverá:

- a) Indicar que concorrerá na condição de pessoa com deficiência;
- b) Informar o tipo de deficiência;
- c) Informar o código correspondente à Classificação Internacional de Doenças–CID da sua deficiência ou Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde –CIF;
- d) Informar se necessita de atendimento especial para a realização da prova.

4.6 O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência e concordância quanto à divulgação de seus dados em listagens e resultados, tais como aqueles relativos à pontuação, a ser pessoa com deficiência, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

dos atos atinentes ao concurso público. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido, ficando cientes também os candidatos de que, possivelmente, tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

4.7 No ato da inscrição o candidato com deficiência deverá declarar que está ciente das condições previstas neste item, das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais.

4.8 O candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá apresentar, às suas expensas, laudo médico constando seu nome, que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e/ou da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), e o enquadramento dentre os previstos no subitem 4.2, bem como a provável causa da deficiência e limitações funcionais, com a data de expedição, assinatura e carimbo com o número do Conselho Regional de Medicina - CRM do médico especialista na área da deficiência que emitiu o laudo.

4.8.1 O laudo médico e, se for o caso, os exames complementares específicos que comprovem a deficiência, deverão ser encaminhados por meio de documento digitalizado legível a ser encaminhado à FAUEL, de modo eletrônico, para o e-mail concursomandaguari@fauel.org.br até o dia **05 de junho de 2019**.

4.8.2 O laudo médico deverá estar redigido em letra legível e ter sido emitido no máximo 06 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições, sob pena de não ser considerado.

4.8.3 O laudo deverá constar, quando for o caso, a necessidade de uso de órteses, próteses ou adaptações.

4.8.4 Quando se tratar de deficiência auditiva, o candidato deverá apresentar, além do laudo médico, exame audiométrico (audiometria), realizado até 06 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições.

4.8.5 Quando se tratar de deficiência visual, o laudo médico deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos, realizado até 06 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições.

4.8.6 O laudo médico apresentado conforme subitem 4.8 deste edital será encaminhado à Comissão Organizadora da FAUEL para efeito de confirmação da inscrição na reserva de vagas como candidato com deficiência.

4.9 A relação dos candidatos considerados com deficiência após envio do laudo médico será divulgada no endereço eletrônico www.fael.org.br, Diário Oficial do Município de Mandaguari www.diariomunicipal.com.br/amp/ e site da Prefeitura www.mandaguari.pr.gov.br, na data provável de **12 de junho de 2019**.

4.10 O candidato inscrito como pessoa com deficiência que dentro dos respectivos prazos não atender aos dispositivos mencionados neste item, ou não tiver confirmada essa condição, perderá o direito de convocação às vagas reservadas aos candidatos desse grupo, passando a integrar o grupo de candidatos classificados pela lista geral, desde que classificado segundo os critérios previstos para esse grupo, não podendo alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

4.11 O candidato com deficiência aprovado no concurso, quando convocado, deverá submeter-se a avaliação por equipe multiprofissional do Município, ou por ele credenciada, que verificará sobre sua qualificação como deficiente ou não, sendo que a avaliação da compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência do candidato será apurada apenas durante o estágio probatório, nos termos da legislação vigente.

4.11.1 A equipe multiprofissional emitirá parecer observando:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

- a) as informações prestadas pelo candidato no ato de inscrição;
- b) a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo a desempenhar;
- c) a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;
- d) a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico;
- e) a CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

4.11.2 A avaliação do servidor público com deficiência, durante ou após o período de estágio probatório, deverá considerar as condições oferecidas pelo órgão para o efetivo desempenho de suas atribuições.

4.11.3 O candidato com deficiência que, no decorrer da avaliação, apresentar incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado.

4.11.4 Não é um impeditivo à realização das provas bem como ao exercício do cargo, a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico.

4.12 O candidato com deficiência poderá solicitar tratamento diferenciado para realização das provas **no ato da inscrição**, sendo prova ampliada, leitor, auxílio para transcrição, prova em braile, bem como tempo adicional de no máximo 01 (uma) hora para a realização da prova, mediante solicitação justificada e acompanhada, obrigatoriamente, de parecer favorável emitido por especialista na área de sua deficiência.

4.12.1 **O tratamento diferenciado para realização da prova objetiva deverá ser indicado no ato da inscrição** no site da FAUEL, **bem como deverá ser enviado o laudo médico**, com as especificações constantes do subitem 4.8.

4.12.2 Os documentos referentes às disposições dos subitens 4.12 e 4.12.1 deverão ser encaminhados, de modo eletrônico para o e-mail concursomandaguari@fauel.org.br até o dia **05 de junho de 2019**, devendo consistir em documentos digitalizados legíveis e com informações completas exigidas no subitem 4.12 deste edital.

4.12.3 O envio do laudo médico e demais documentos digitalizados é de responsabilidade exclusiva do candidato. A FAUEL não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada desta documentação a seu destino por questões de ordem técnica dos computadores ou falhas de comunicação.

4.12.4 O candidato com deficiência que fizer uso habitual de aparelho auditivo deverá **necessariamente** requerer atendimento diferenciado. Caso não tenha sido requerido ou deferido o atendimento diferenciado, o candidato **não poderá entrar na sala de provas com o aparelho auditivo**, sob pena de, em o fazendo, **ser eliminado do concurso público**.

4.13 O laudo médico não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

4.14 Não será permitida a intervenção de terceiros para auxiliar o candidato com deficiência na realização das provas, salvo aqueles designados pela Comissão Organizadora do concurso.

4.15 A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato com deficiência será condicionada à legislação específica e à possibilidade técnica examinada pela FAUEL, sendo atendida segundo os critérios de viabilidade e razoabilidade.

4.16 Os candidatos que, dentro dos respectivos prazos, não atenderem aos dispositivos mencionados no subitem 4.12, não terão a prova e/ou atendimento especial concedidos seja qual for o motivo alegado.

4.17 Ressalvadas as disposições especiais contidas neste Edital, os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao horário, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de avaliação e aprovação, à pontuação mínima exigida e a todas as demais normas de regência do concurso público.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

4.18 O candidato inscrito como pessoa com deficiência que dentro dos respectivos prazos não atender aos dispositivos mencionados neste item, ou não tiver confirmada essa condição, perderá o direito de convocação às vagas reservadas aos candidatos desse grupo, passando a integrar o grupo de candidatos classificados pela lista geral, desde que classificado segundo os critérios previstos para esse grupo, não podendo alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

4.19 O candidato que for admitido na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar mudança de função, relocação, readaptação, redução de carga horária, alteração de jornada de trabalho, limitação de atribuições e assistência de terceiros no ambiente do trabalho para o desempenho das atribuições do cargo.

4.19.1 Após a nomeação do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria, salvo em caso de agravamento daquela, imprevisível à época da admissão no cargo, ou em caso de alteração da legislação pertinente.

4.20 O candidato que no ato da inscrição se declarar com deficiência, se tiver essa condição confirmada após envio do laudo médico e não for eliminado do concurso público, terá seu nome publicado em lista à parte e figurará também na lista de classificação geral.

4.21 Na inexistência de candidatos inscritos, aprovados ou habilitados para as vagas destinadas às pessoas com deficiência, as vagas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados e habilitados, observada a ordem geral de classificação.

4.22 Os candidatos que se inscreverem como pessoas com deficiência poderão ocupar, além das vagas que lhes são destinadas por Lei, as vagas universais, desde que aprovados, habilitados e observada a ordem geral de classificação.

4.23 Os candidatos que se inscreverem como pessoas com deficiência aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

4.24 Em caso de desistência de candidato com deficiência aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato com deficiência posteriormente classificado.

4.25 O candidato que se inscrever na condição de pessoa com deficiência onde não haja vaga reservada, somente poderá ser convocado nesta condição se houver ampliação das vagas inicialmente ofertadas neste Edital, a critério da Administração Municipal.

5. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

5.1 Além dos casos previstos aos candidatos com deficiência (aos quais se aplicam exclusivamente o subitem 4.12, o candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas objetivas deverá:

a) No ato da inscrição, indicar claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição quais os recursos especiais necessários, sob pena de não ter sua solicitação atendida, não sendo admitida a interposição de recurso nestas hipóteses; e

b) Enviar a documentação demonstrando a necessidade de condição especial solicitada, se cabível, na forma e prazo previstos no subitem 5.4.

5.2 Candidatas gestantes, independente do período gestacional, e/ou em puerpério imediato até 40 (quarenta) dias, podem indicar essa condição no ato da inscrição como recurso especial de atendimento, para que a Comissão Organizadora da FAUEL possa melhor acomodá-las.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

5.3 Da Candidata Lactante:

5.3.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova objetiva deverá:

- a) Solicitar esta condição indicando claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição a opção lactante, sob pena de não ter sua solicitação atendida, não sendo admitida a interposição de recurso nestas hipóteses; e;
- b) Enviar cópia simples da certidão de nascimento do lactente ou laudo médico que ateste esta necessidade, na forma e prazo previstos no subitem 5.4.

5.3.1.1 Caso a criança ainda não tenha nascido até a data estabelecida no subitem 5.4, a cópia da certidão de nascimento poderá ser substituída por documento emitido pelo médico obstetra que ateste a data provável do nascimento.

5.3.2 A candidata que necessitar amamentar deverá ainda levar um acompanhante, sob pena de ser impedida de realizar a prova na ausência deste. O acompanhante ficará responsável pela guarda do lactente em sala reservada para amamentação.

5.3.2.1 Durante a amamentação é vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local, ficando somente a candidata lactante, o lactente e uma fiscal.

5.3.3 A candidata lactante não terá tempo adicional para realização das provas.

5.3.4 Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos descritos nos subitens 7.26, 7.27 e 7.28 deste Edital durante a realização do certame.

5.4 Os documentos referentes às disposições dos subitens 5.1 a 5.3 deverão ser digitalizados de modo legível e encaminhados pelo e-mail concursomandaguari@fauel.org.br até o dia **05 de junho de 2019**.

5.5 O envio desta solicitação não garante ao candidato o tratamento diferenciado. A solicitação será deferida ou indeferida após criteriosa análise, obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.

5.6 O envio da documentação incompleta, fora do prazo previsto no subitem 5.4 ou por outra via diferente da estabelecida neste Edital, causará o indeferimento da solicitação de tratamento diferenciado.

5.7 A empresa organizadora não receberá qualquer documento entregue pessoalmente em sua sede.

5.8 A empresa organizadora não se responsabiliza por qualquer tipo de problema de ordem técnica que impossibilite o envio da referida documentação via correio eletrônico.

5.9 O deferimento das solicitações de condição especial estará disponível aos candidatos no endereço eletrônico www.fauel.org.br e www.mandaguari.pr.gov.br/ e www.diariomunicipal.com.br/amp/, a partir da data provável de **12 de junho de 2019**. O candidato que tiver a sua solicitação de condição especial indeferida poderá impetrar recurso na forma do item 11 deste Edital.

5.10 O candidato que necessitar de atendimento especial **por razões supervenientes**, após o prazo previsto no subitem 5.4, deverá solicitá-lo com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da realização da prova pelo e-mail concursomandaguari@fauel.org.br podendo ser solicitada comprovação do atendimento especial.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 A inscrição poderá ser efetuada a partir das **10 horas do dia 16 de maio de 2019 até às 17 horas do dia 05 de junho de 2019**, observado o horário oficial de Brasília – DF, somente via Internet, no endereço eletrônico da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina - FAUEL www.fauel.org.br, em cujo sítio existirá um link com o formulário destinado à INSCRIÇÃO, que deverá ser devidamente preenchido pelo candidato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

6.2 O valor da taxa de inscrição é o previsto para cada cargo na tabela do subitem 2.1.

6.3 Após concluir o preenchimento da ficha de inscrição online, será gerado o boleto bancário para pagamento da taxa, devendo o candidato imprimi-lo para fins de pagamento.

6.3.1 O candidato poderá reimprimir o boleto pela página de acompanhamento do concurso.

6.3.2 O boleto bancário poderá ser pago em bancos públicos oficiais (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), bem como nas casas lotéricas e nos Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nestes correspondentes bancários.

6.4 O pagamento do valor da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **05 de junho de 2019**.

6.5 Antes de efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os pré-requisitos exigidos neste Edital e seus Anexos, bem como deverá tomar conhecimento de todas as atribuições inerentes ao cargo.

6.5.1 No momento da inscrição, o candidato marcará campo próprio no Formulário Eletrônico de Inscrição, sob as penas da lei:

a) De estar ciente de que preenche os requisitos solicitados no cargo pleiteado;

b) De que aceita todas as regras pertinentes ao Concurso Público, consignadas no Edital;

c) De que é pessoa com deficiência e/ou que carece de atendimento e/ou condições especiais para a realização das provas, se for o caso, devendo, em complementação, atender ao que estiver previsto no Edital no que se refere à documentação comprobatória dessas condições.

6.5.2 Não haverá a devolução do valor da taxa de inscrição após a sua efetivação, quaisquer sejam os motivos e mesmo que o candidato não compareça às provas, salvo em caso de cancelamento do concurso público, exclusão de cargo previsto neste edital, ou em razão de fato atribuível somente ao Município de Mandaguari e/ou à FAUEL.

6.6 A inscrição somente será efetivada após a confirmação do pagamento do valor inerente à taxa de inscrição, não se responsabilizando o Município de Mandaguari nem a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina - FAUEL pelo não recebimento da confirmação bancária do recolhimento do valor da taxa.

6.7 No caso de duas ou mais inscrições de um mesmo candidato para o mesmo cargo, será considerada a última inscrição realizada com data e horário mais recente, independente da data em que o pagamento tenha sido realizado. As demais inscrições serão canceladas automaticamente, não havendo ressarcimento do valor pago, ou transferência do valor pago para outro candidato.

6.7.1 O candidato poderá se inscrever para mais de um cargo, desde que os períodos de aplicação das provas sejam distintos, ficando sob a responsabilidade do mesmo tal verificação.

6.7.1.1 Caso haja inscrição para cargos cujos horários e datas de aplicação das provas sejam incompatíveis, será considerada a última inscrição realizada com data e horário mais recente, independente da data em que o pagamento tenha sido realizado. As demais inscrições serão canceladas automaticamente, não havendo ressarcimento do valor pago, ou transferência do valor pago para outro candidato.

6.8 Na hipótese de dados cadastrais digitados incorretamente no ato da inscrição, o candidato deverá informar quais as alterações devem ser procedidas, mencionando também os dados que identificam a sua inscrição, por meio do endereço eletrônico concursomandaguari@fauel.org.br.

6.8.1 O candidato assume total responsabilidade pelas informações prestadas na efetivação da inscrição, e pelas consequências de eventuais erros, omissões, falsidade de informações no preenchimento de qualquer de seus campos, o que poderá implicar a não homologação da inscrição, na eliminação do candidato do concurso e ainda na nulidade de eventual nomeação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

6.9 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas será divulgado do endereço eletrônico www.fauel.org.br e Diário Oficial do Município de Mandaguari www.diariomunicipal.com.br/amp/ e site da Prefeitura www.mandaguari.pr.gov.br.

6.9.1 No edital de deferimento das inscrições constará a listagem dos candidatos às vagas para ampla concorrência, às vagas para candidatos com deficiência e dos candidatos solicitantes de tratamento diferenciado para a realização da prova objetiva.

6.10 Serão indeferidas as inscrições:

- Recebidas por outro meio que não pela internet;
- Que apresentem informações erradas ou inconsistentes;
- Que não realizarem o pagamento até a data estabelecida.

6.11 O Município de Mandaguari e a FAUEL não se responsabilizarão por inscrições não recebidas em decorrência de falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

6.12 Caso seja constatado, a qualquer momento, que o candidato forneceu informações inverídicas em sua ficha de inscrição, o mesmo poderá ser responsabilizado civilmente e/ou criminalmente (artigo 299 do Código Penal), podendo ainda, ter que ressarcir os eventuais prejuízos que causou ou vier a causar ao Município de Mandaguari e FAUEL.

7. DA PROVA OBJETIVA

7.1 Será aplicada prova objetiva de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo III deste Edital.

7.2 As questões da prova objetiva serão de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (a, b, c, d) e apenas 01 (uma) alternativa correta.

7.3 As provas objetivas serão compostas conforme o estabelecido nas tabelas abaixo:

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	TOTAL DE PONTOS
Auxiliar de conservação e limpeza	Língua Portuguesa	10	3,00	30,00
Auxiliar Serviços Gerais	Matemática	05	3,00	15,00
Borracheiro	Conhecimentos Gerais	05	3,00	15,00
Coveiro				
Eletricista				
Eletricista de veículos				
Encanador				
Funileiro				
Gari				
Jardineiro	Conhecimentos Específicos	10	4,00	40,00
Lavador de veículos				
Mecânico de motor diesel				
Padeiro				
Pedreiro				
Pintor de obras				
Tratorista				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Vigia				
Motorista AB				
Motorista D				
Operador de máquina pesada				
Motorista E				
Soldador				
TOTAL DE QUESTÕES		30		100,00

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	TOTAL DE PONTOS
Agente Fiscal	Língua Portuguesa	08	2,50	20,00
Auxiliar Administrativo				
Auxiliar de farmácia	Matemática	06	2,50	15,00
Auxiliar saúde bucal				
Recepcionista	Conhecimentos Gerais	06	2,50	15,00
Recepcionista revezamento				
Agente Municipal de Transito	Conhecimentos Específicos	10	5,00	50,00
Resgatista/Socorrista - revezamento				
Orientador social				
Topografo				
TOTAL DE QUESTÕES		30		100,00

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	TOTAL DE PONTOS
Técnico de Meio Ambiente	Língua Portuguesa	04	2,00	8,00
Técnico de Enfermagem				
Técnico de Enfermagem em turno de revezamento	Matemática	03	2,00	6,00
Técnico de Raio-X				
Tecnólogo em Desenho da Construção Civil	Conhecimentos Gerais	03	2,00	6,00
	Conhecimentos Específicos	20	4,00	80,00
TOTAL DE QUESTÕES		30		100,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	TOTAL DE PONTOS
Advogado Arquiteto Assistente Social	Língua Portuguesa	04	2,00	8,00
Auditor Tributário Auxiliar Educacional Comunicador Social	Matemática	03	2,00	6,00
Contador Economista Educador Infantil	Conhecimentos Gerais	03	2,00	6,00
Enfermeiro Enfermeiro em turno de revezamento Engenheiro Agrônomo Engenheiro Civil Engenheiro de Transito Farmacêutico/bioquímico Fisioterapeuta Fonoaudiólogo Geógrafo Gestor em Meio Ambiente Médico Cardiologista Medico Clinico Geral - 20h Medico Clinico Geral - 40h Medico Clinico Geral -Plantonista Medico Dermatologista Médico Ginecologista/obstetra Medico Neurologista Medico Oftalmologista Médico Ortopedista Medico Otorrinolaringologista Médico Pediatra Médico Psiquiatra Médico Radiologista Médico Urologista Médico Veterinário	Conhecimentos Específicos	20	4,00	80,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Nutricionista				
Odontopediatra				
Odontólogo – 20h				
Odontólogo – 40h				
Professor				
Professor Educação Física				
Psicólogo				
Tesoureiro				
Técnico Desportivo				
TOTAL DE QUESTÕES	30			100,00

7.4 As provas objetivas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 100,00 (cem) pontos, devendo o candidato, para ser considerado **aprovado**, obter, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** do total de pontos previstos para a prova.

7.4.1 O candidato eliminado na forma do subitem 7.4 não terá classificação no concurso público.

7.5 **As provas objetivas serão aplicadas nos períodos da manhã e à tarde**, conforme previsto para cada cargo na tabela do subitem 2.1, cujas datas, locais e horários serão confirmados no edital de ensalamento, que será divulgado no endereço eletrônico www.fauel.org.br e www.mandaguari.pr.gov.br/ e www.diariomunicipal.com.br/amp/, na data provável de **07 de julho de 2019**.

7.6 O gabarito preliminar e o caderno de questões da prova objetiva serão divulgados 01 (um) dia após a aplicação da prova objetiva, às 17h, no endereço eletrônico www.fauel.org.br e no endereço eletrônico do Município de Mandaguari disponível em www.mandaguari.pr.gov.br/ e www.diariomunicipal.com.br/amp/.

7.7 Os portões de acesso aos locais de realização da prova serão abertos 01 (uma) hora antes do início da prova, e fechados 15 (quinze) minutos antes do início da mesma, estando impedido de ingressar, por qualquer motivo, o candidato que chegar ao local da prova após o horário estipulado para o fechamento dos portões.

7.8 O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato munido de um dos documentos abaixo discriminados, apresentando forma legível e em via original:

- Carteira de Identidade;
- Carteira de Identidade fornecida por órgão ou conselho de representação de classe;
- Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com fotografia) que contenha o número da carteira de identidade;
- Passaporte brasileiro, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que por lei federal valham como identidade;
- Carteira de Trabalho (modelo novo) expedida a partir de 20 de janeiro de 1997.

7.8.1 Não serão aceitos protocolos, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital.

7.8.2 Os documentos não poderão ter rasuras e deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

7.8.3 A identificação especial será exigida do candidato cujo documento de identificação apresentar dúvidas relativas à fisionomia e/ou assinatura do portador, compreendendo a coleta de assinaturas e impressão digital, em formulário específico.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

7.8.4 Em caso de extravio do documento de identidade original (perda, roubo etc.), aceitar-se-á a apresentação da via original de boletim de ocorrência (B.O.) emitido pela autoridade policial competente, desde que dentro do prazo de validade legal de 90 (noventa) dias. Neste caso, o candidato será encaminhado à sala da Coordenação, onde será formalizada a sua identificação especial de que trata o subitem anterior.

7.8.4.1 Para que seja realizada a identificação especial, o candidato obrigar-se-á a entregar ao coordenador do local de prova uma cópia simples do respectivo boletim de ocorrência (B.O.). Caso não disponha da cópia do documento, deverá deixar a via original do B.O., sob pena de ser impedido de fazer a prova e, conseqüentemente, ser eliminado do certame.

7.9 Não serão aceitos como documentos de identidade para ingresso na sala de prova: Carteira de Trabalho (modelo velho) expedida antes de 20 de janeiro de 1997, Certificado de Reservista, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral (inclusive na sua versão eletrônica), Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF), Carteira Nacional de Habilitação sem foto ou vencida, carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados e outros que não constem no subitem 7.8, ou Documentos emitidos pela via eletrônica, em virtude da necessidade de identificação do candidato durante a realização da prova e conseqüente proibição de aparelhos eletrônicos durante a realização da mesma.

7.10 A assinatura do candidato será lançada em lista de presença, especialmente elaborada com o respectivo número de identificação.

7.11 A prova objetiva será realizada simultaneamente para todos os candidatos, com duração máxima de **04 (quatro) horas**, nas quais está incluso o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

7.12 O controle do tempo de aplicação da prova e as informações a respeito do tempo transcorrido durante sua realização serão feitos pelos fiscais de sala.

7.13 O candidato somente poderá deixar o local da prova objetiva após 01 (uma) hora do início da mesma, devendo entregar ao fiscal o cartão-resposta e o caderno de questões, contendo, necessariamente, sua assinatura com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.13.1 O candidato que insistir em sair, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar termo de ocorrência declarando sua desistência do concurso, o que será lavrado pelo coordenador do local, passando à condição de eliminado.

7.13.2 O caderno de questões poderá ser levado pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora de realização da mesma.

7.14 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em razão de afastamento de candidato da sala de prova.

7.15 As respostas das questões objetivas serão transcritas para o cartão-resposta preenchendo os alvéolos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, devendo o candidato assinalar uma única resposta para cada questão.

7.16 As respostas das questões da prova objetiva lançadas no cartão-resposta serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

7.17 Não poderá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois estas poderão ser identificadas pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

7.18 Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato, tais como marcação rasurada, marcação não preenchida integralmente,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

marcações feitas a lápis, ou qualquer outro tipo diferente da orientação contida no cartão-resposta ou na capa do caderno de questões.

7.19 Será atribuída nota zero à questão da prova objetiva que não corresponder ao gabarito oficial ou que contiver mais de 01 (uma) ou nenhuma resposta assinalada, bem como questões marcadas incorretamente conforme subitem 7.18.

7.20 O candidato é responsável pelo correto preenchimento do cartão-resposta e pela sua conservação e integridade, pois em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão, salvo em caso de defeito de impressão.

7.20.1 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico deste.

7.20.2 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

7.20.3 Não será permitido que as marcações no cartão-resposta sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal da FAUEL devidamente treinado.

7.21 Os candidatos que quiserem, poderão anotar as suas respostas em um mini gabarito disponibilizado a todos os candidatos.

7.22 Para a realização da prova o candidato deverá portar somente caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricadas em material transparente.

7.23 As instruções que constam no caderno de questões e no cartão-resposta, bem como as orientações e instruções expedidas pela Comissão Organizadora da FAUEL durante a realização das provas complementam este Edital e deverão ser observadas e seguidas pelo candidato.

7.24 É de responsabilidade do candidato, ao término da sua prova, recolher e conferir os pertences pessoais e o seu documento de identidade apresentados quando do seu ingresso na sala de provas.

7.24.1 Os objetos ou documentos perdidos durante a realização das provas, que porventura venham a ser entregues à Comissão Organizadora da FAUEL, serão guardados pelo prazo de 30 (trinta) dias e encaminhados posteriormente à Seção de Achados e Perdidos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

7.25 A inviolabilidade das provas será comprovada no momento da abertura dos envelopes de provas, mediante termo formal, na presença de, no mínimo, dois candidatos convidados aleatoriamente nos locais de realização das provas, mediante assinatura dos mesmos nos lacres dos envelopes.

7.26 Não serão permitidas durante a realização da prova a comunicação entre os candidatos nem a utilização e porte de anotações, livros, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, os quais deverão ser acondicionados, conforme orientação dos fiscais de sala, **no momento em que o candidato entrar na sala de provas.**

7.27 Não serão permitidos durante a realização da prova o uso e porte de óculos escuros, relógios, gorros, bonés ou qualquer outro acessório que impeça a visão total das orelhas do candidato, os quais deverão ser guardados pelos candidatos em local que impeça sua visibilidade.

7.28 Não serão permitidos durante a realização da prova o uso e porte de equipamentos eletrônicos como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

equipamento eletrônico, os quais deverão ser acondicionados, conforme orientação dos fiscais de sala, **no momento em que o candidato entrar na sala de provas.**

7.28.1 O descumprimento por parte do candidato de qualquer determinação dos fiscais com relação à atitude a ser tomada com aparelhos eletrônicos implicará na eliminação do candidato, caracterizando-o como tentativa de fraude.

7.29 A FAUEL recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados nos subitens 7.26, 7.27 e 7.28 no dia de realização das provas.

7.29.1 A FAUEL não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados.

7.30 O Município de Mandaguari e a FAUEL não se responsabilizarão por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.

7.31 Ao final do tempo destinado à realização da prova, em cada sala será obrigatória a saída simultânea dos 03 (três) últimos candidatos, os quais deverão entregar seus cartões-resposta e assinar a ata de encerramento de aplicação da prova, com exceção das salas com candidatos em atendimento especial.

7.32 O candidato que terminar sua prova não poderá utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando.

7.33 Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização da prova objetiva, salvo o previsto no subitem 5.3.2 deste Edital.

7.34 Candidatos que possuem autorização legal para portarem armas de fogo terão responsabilidade criminal e administrativa sobre o correto manuseio e porte de seus armamentos, primando pela discricção, a fim de evitar constrangimentos a terceiros - fiscais e/ou candidatos.

7.34.1 Caso haja o uso indevido do armamento ou coação a terceiros, a organização deverá informar as autoridades competentes para adoção das medidas legais vigentes.

7.35 A empresa organizadora poderá, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos bem como utilizar detectores de metais durante a realização da prova. Poderão, ainda, serem adotadas medidas adicionais de segurança.

7.36 Durante a realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das mesmas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

7.37 Em nenhuma hipótese será permitida a leitura em voz alta da prova objetiva, inclusive por qualquer membro da Comissão Organizadora ou pelas autoridades presentes.

7.38 Não poderão ser fornecidas por nenhum membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes informações referentes ao conteúdo das provas ou à forma de resolver as questões. A interpretação da prova é de total responsabilidade do candidato.

7.39 Não serão aplicadas as provas, ou procedido qualquer outro exame, em qualquer hipótese, em local, data ou em horário diferentes dos prescritos neste edital e em editais específicos referentes às fases deste concurso.

7.40 A prova objetiva será aplicada no **Município de Mandaguari, Estado do Paraná**. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares existentes no Município, a FAUEL e a Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo (CLT) do Município de Mandaguari se reservam do direito de alocar os locais de prova em cidades próximas àquela inicialmente determinada para este fim.

7.41 O Município de Mandaguari e a FAUEL, em hipótese alguma, se responsabilizarão por qualquer ônus proveniente ao deslocamento e hospedagem dos candidatos inscritos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

7.42 Os resultados preliminar e final da prova objetiva e a convocação para apresentação de laudos médicos dos candidatos que se declararam com deficiência serão publicados por meio dos endereços eletrônicos www.fauel.org.br, www.mandaguari.pr.gov.br/ e www.diariomunicipal.com.br/amp/.

8. DA PROVA PRÁTICA

8.1 A Prova Prática consistirá no desenvolvimento de atividades inerentes ao cargo para o qual o candidato concorre, tendo a finalidade de verificar os conhecimentos específicos de cada cargo, de acordo com os critérios definidos neste edital, na Descrição das Atribuições dos Cargos constante do Anexo II e no Anexo III – Conteúdo Programático/Conhecimentos Específicos, de modo a avaliar se o candidato está apto a exercer satisfatoriamente os seus conhecimentos na área de atuação.

8.2 A prova prática terá caráter eliminatório e classificatório, e será realizada para os cargos de **Motorista (AB, D e E), Operador de Máquinas Pesadas e Tratorista.**

8.3 Somente será convocado para participar desta fase do certame os candidatos que obtiverem a pontuação estabelecida no subitem 7.4 para a prova objetiva e classificar-se até o limite disposto na tabela abaixo , além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital: CARGO	AMPLA CONCORRÊNCIA Classificação até:	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA Classificação até:	TOTAL
Motorista – AB	21ª	04ª	25
Motorista – D	51ª	04ª	55
Motorista – E	21ª	04ª	25
Operador de Máquina Pesada	16ª	04ª	20
Tratorista	11ª	04ª	15

8.3.1 Havendo empate na última colocação de cada listagem, serão aplicados os seguintes critérios de desempate, tendo preferência, sucessivamente, o candidato que:

I – obtiver maior nota na área de conhecimentos específicos do cargo da prova objetiva;

II – obtiver maior nota na área de Língua Portuguesa na prova objetiva;

III – tiver maior idade.

8.3.2 Se aplicados os critérios supracitados ainda persistir o empate, todos os candidatos empatados serão convocados para realização da prova prática.

8.3.3 Não havendo candidatos inscritos na condição de pessoa com deficiência, serão convocados os candidatos da ampla concorrência.

8.3.4 Os candidatos não convocados para a prova prática estarão automaticamente eliminados do Concurso Público.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

8.4 Para a realização da prova prática será obedecida a **ordem decrescente** das notas obtidas na prova objetiva pelos candidatos.

8.5 Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de documento oficial de identidade original, dentre os previstos no subitem 7.8, e a Carteira Nacional de Habilitação conforme a categoria exigida no requisito do cargo, quando for o caso, devendo o documento em questão estar devidamente dentro do prazo de validade, de acordo com a legislação vigente (Código de Trânsito Brasileiro), fazendo uso de óculos, ou lentes de contato, quando houver a exigência na CNH.

8.5.1 Não será aceito para realizar a prova qualquer tipo de protocolo da habilitação.

8.5.2 Sem o documento de habilitação o candidato não fará a prova prática, mesmo que apresente boletim de ocorrência ou equivalente, e estará automaticamente eliminado do certame.

8.6 A prova prática será realizada em data, local e horário estabelecidos no edital de convocação para a prova prática, que será divulgado no endereço eletrônico www.fauel.org.br e Diário Oficial do Município de Mandaguari www.diariomunicipal.com.br/amp/ e site da Prefeitura www.mandaguari.pr.gov.br.

8.6.1 A prova prática realizar-se-á, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.

8.6.2 Será de responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova.

8.6.3 Não serão aceitos, em hipótese alguma, pedidos de realização do exame fora da data, horário e local estabelecidos pelo edital de convocação para a realização da prova prática.

8.6.4 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da prova prática não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.

8.7 Os candidatos inscritos como candidatos com deficiência e aprovados no concurso serão convocados para realizar a prova, não lhes sendo concedidos veículos adaptados para a realização da prova prática, nem posteriormente para o exercício das atribuições do cargo.

8.8 A prova prática para os cargos de **Motorista (AB, D e E), Operador de Máquina Pesada e Tratorista** consistirá em exame de direção veicular, no qual o candidato deverá realizar a tarefa em 3 etapas, na presença de avaliadores.

1ª etapa: Verificação dos acessórios e cuidados básicos preventivos.

2ª etapa: Baliza.

3ª etapa: Realização de percurso pré-determinado.

8.8.1 Caso o candidato não consiga realizar a baliza corretamente, estará automaticamente eliminado do concurso público, interrompendo a prova prática imediatamente.

8.8.2 A prova prática consistirá em exame de direção veicular a ser realizado nos veículos a serem informados no edital de convocação para realização da prova prática (**Motorista AB** - veículo VW/Gol TL MC ano 2015/2016, **Motorista D** - Ônibus Scania p94-H – Ano 2000, **Motorista E** - Ônibus Scania p94-H – Ano 2000).

8.8.3 Na prova prática serão avaliados os seguintes pontos:

I) Verificação dos acessórios do veículo;

II) Cuidados básicos preventivos para utilização do veículo;

III) Habilidade na condução do veículo.

8.8.4 Os critérios I e II acima mencionados terão a validade de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos, enquanto o critério III terá a validade de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos, resultando no total máximo de 100 (cem)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

pontos, sendo-lhe subtraída a somatória dos pontos perdidos, relativos às faltas cometidas durante a realização da prova.

8.9 Os candidatos aos cargos de **Operador de Máquinas Pesadas e Tratorista** deverão realizar a prova prática nas máquinas informadas no edital de convocação (Pá Carregadeira W20 – Ano 2013 / Trator New Roland 7630 – Ano 2001), sendo cada prova prática uma tarefa direcionada para o conhecimento e/ou prática exigidas para a condução da referida máquina. As tarefas serão divulgadas quando da publicação do edital de convocação.

8.9.1 Serão avaliados os seguintes pontos na realização da prova prática:

- I - Verificação dos acessórios do equipamento/máquina;
- II - Verificação preventiva para operação do equipamento/máquina;
- III - Habilidade na operação do equipamento/máquina;
- IV - Habilidade e cuidados básicos na condução do equipamento/máquina.

8.9.2 Cada critério acima mencionado terá a validade de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos, resultando no total máximo de 100 (cem) pontos, sendo-lhe subtraída a somatória dos pontos perdidos, relativos às faltas cometidas durante a realização da prova, conforme avaliação dos examinadores que farão o devido registro dos pontos perdidos nas fichas de avaliação dos candidatos.

8.10 Serão consideradas situações gravíssimas para os cargos de **Motorista (AB, D e E)**, que implicam a eliminação automática do candidato no certame:

- a) Avançar a via preferencial ou parada obrigatória;
- b) Exceder a velocidade regulamentada para a via;
- c) Provocar acidente durante a realização da prova;
- d) Usar contramão de direção;
- e) Não completar a realização de todas as etapas da prova, exceto por falha mecânica ou elétrica do veículo;
- f) Não realizar a tarefa no tempo máximo previsto em edital.

8.11 Serão consideradas situações gravíssimas para os cargos de **Operador de Máquinas Pesadas e Tratorista**, que implicam a eliminação automática do candidato no certame:

- a) Provocar acidente durante a realização da prova;
- b) Tombar a máquina/trator;
- c) Permanecer por mais de 10 minutos sem movimentar a máquina/trator;
- d) Não completar a realização de todas as etapas da prova, exceto por falha mecânica ou elétrica do veículo;
- e) Não realizar a tarefa no tempo máximo previsto em edital.

8.12 Caso o candidato não demonstre condições de conduzir o veículo/máquina por motivo de alterações físicas ou psicológicas, demonstrando insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, a critério do avaliador, o mesmo poderá ser impedido de realizar a prova prática, ficando automaticamente eliminado do concurso público.

8.13 Será considerado aprovado na Prova Prática o candidato que obtiver, **no mínimo, 50% (cinquenta por cento)** dos pontos possíveis.

8.14 O resultado da prova prática será divulgado por meio de edital específico a ser publicado do endereço eletrônico www.fauel.org.br e Diário Oficial do Município de Mandaguari www.diariomunicipal.com.br/amp/ e site da Prefeitura www.mandaguari.pr.gov.br.

8.15 Os candidatos que não forem aprovados na prova prática ou que, convocados, não as realizarem, serão excluídos do concurso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

8.16 Em caso de anulação de algum critério de avaliação, sua respectiva pontuação será atribuída a todos os candidatos participantes da prova prática.

8.17 Durante a execução da avaliação não será permitida a utilização de nenhum dispositivo eletrônico.

8.18 Ficam os candidatos cientificados que são inteiramente responsáveis pelo manuseio dos veículos.

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1 A prova de títulos será aplicada aos cargos de **Professor, Professor de Educação Física, Educador Infantil, Auxiliar Educacional e todos os demais cargos de Nível Superior**. Respeitados os empates na última colocação, terão os títulos avaliados os candidatos aprovados na prova objetiva conforme subitem 7.4. e classificados até o limite disposto na tabela abaixo, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital:

CARGO	POSIÇÃO NA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO		
	AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	TOTAL
Advogado	36ª	04ª	40ª
Arquiteto	36ª	04ª	40ª
Assistente Social	36ª	04ª	40ª
Auditor Tributário	36ª	04ª	40ª
Auxiliar Educacional	36ª	04ª	40ª
Comunicador Social	36ª	04ª	40ª
Contador	36ª	04ª	40ª
Economista	36ª	04ª	40ª
Educador infantil	36ª	04ª	40ª
Enfermeiro	36ª	04ª	40ª
Enfermeiro em turno de revezamento	36ª	04ª	40ª
Engenheiro civil	36ª	04ª	40ª
Engenheiro de Trânsito	36ª	04ª	40ª
Farmacêutico/ bioquímico	36ª	04ª	40ª
Fisioterapeuta	36ª	04ª	40ª
Fonoaudiólogo	36ª	04ª	40ª
Geógrafo	36ª	04ª	40ª
Gestor em Meio Ambiente	36ª	04ª	40ª
Médico Cardiologista	36ª	04ª	40ª



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Médico Clínico Geral - 20h	36ª	04ª	40ª
Médico Clínico Geral - 40h	36ª	04ª	40ª
Médico Clínico Geral -Plantonista	36ª	04ª	40ª
Médico Dermatologista	36ª	04ª	40ª
Médico Ginecologista/obstetra	36ª	04ª	40ª
Médico Neurologista	36ª	04ª	40ª
Médico Oftalmologista	36ª	04ª	40ª
Médico Ortopedista	36ª	04ª	40ª
Médico Otorrinolaringologista	36ª	04ª	40ª
Médico Pediatra	36ª	04ª	40ª
Médico Psiquiatra	36ª	04ª	40ª
Médico Radiologista	36ª	04ª	40ª
Médico Urologista	36ª	04ª	40ª
Médico Veterinário	36ª	04ª	40ª
Nutricionista	36ª	04ª	40ª
Odontólogo - 20h	36ª	04ª	40ª
Odontólogo - 40h	36ª	04ª	40ª
Odontopediatra	36ª	04ª	40ª
Professor	36ª	04ª	40ª
Professor de Educação Física	36ª	04ª	40ª
Psicólogo	36ª	04ª	40ª
Técnico Desportivo	36ª	04ª	40ª
Tesoureiro	36ª	04ª	40ª

9.1.1 Os candidatos que não tiverem os títulos avaliados na forma do subitem 9.1 continuam concorrendo no Concurso Público, tendo como nota final apenas a nota obtida na prova objetiva.

9.2 A prova de títulos terá caráter classificatório e será avaliada por Banca Examinadora da FAUEL em sessão reservada, por intermédio da análise e pontuação dos títulos apresentados pelos candidatos, sendo considerados como títulos hábeis à pontuação somente os títulos especificados no quadro a seguir, cuja avaliação observará rigorosamente os limites de pontuação abaixo descritos:

Título	Pontuação Individual	Máximo de Pontos
Doutorado	4,00 pontos	4,00 pontos
Mestrado	3,00 pontos	3,00 pontos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Especialização/Pós-Graduação	1,00 ponto	3,00 pontos
TOTAL		10,00

9.3 A nota da prova de títulos será a soma dos pontos obtidos nos critérios/quesitos de avaliação.

9.4 Os títulos apresentados deverão ter relação direta com a área de atuação do cargo pretendido pelo candidato, **comprovado mediante Certificado/Diploma de Conclusão de Curso, acompanhado de histórico escolar**, expedido por instituição oficial e reconhecido pelo MEC, devendo estar devidamente concluído nos termos da legislação vigente no período de realização do curso.

9.5 **Os certificados/declarações ou diplomas deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar, no qual conste a carga horária do curso, as disciplinas cursadas, a comprovação da apresentação e aprovação da monografia.** Caso o histórico escolar ateste a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, o certificado/declaração ou diploma não será aceito.

9.6 Somente serão aceitos títulos de especialização lato sensu com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas.

9.6.1 Para a Prova de Títulos **somente serão aceitas cópias autenticadas em cartório** dos documentos originais, legíveis e em bom estado de conservação.

9.7 Somente serão aceitos documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros, e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

9.8 Os diplomas de conclusão de cursos expedidos por instituições estrangeiras somente serão considerados se devidamente revalidados por instituição competente, na forma da legislação vigente e se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

9.9 Cada título será considerado uma única vez.

9.10 **Os candidatos serão convocados para entregarem seus títulos por meio de edital de convocação específico, constando data, horário e local, a ser publicado após a divulgação do resultado definitivo da prova objetiva.**

9.11 Os títulos deverão ser entregues pessoalmente pelo candidato ou mediante procuração com fins específicos para tais poderes.

9.12 Não serão aceitos títulos enviados via fax, via postal ou outra forma que não seja o protocolo direto no local destinado para a entrega dos títulos.

9.13 Não será admitida em hipótese alguma, a inclusão de novos documentos após a entrega dos títulos e/ou após a data e horário estipulados para sua entrega.

9.14 O candidato deverá entregar os títulos **conjuntamente com o Formulário de Identificação de Títulos**, que será disponibilizado por ocasião da divulgação do edital de convocação para as provas, sendo que o candidato que não preenchê-lo, não assiná-lo e não anexá-lo na parte externa do envelope, não terá seus títulos computados.

9.15 Os documentos pertinentes à prova de títulos deverão ser entregues **em envelopes de papel tamanho A4 ou ofício**, e organizados na mesma ordem cadastrada pelo candidato no Formulário de Identificação de Títulos.

9.15.1 Não serão fornecidos envelopes nem tampouco formulários de entrega de títulos pela Comissão Organizadora da FAUEL no momento de recebimento dos títulos. É de responsabilidade do candidato a apresentação dos títulos na forma descrita em edital, **sob pena de não serem aceitos** os títulos que não constarem em envelope próprio ou que sejam apresentados sem o Formulário de Identificação de Títulos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

9.16 No ato de entrega dos títulos o envelope será lacrado pelo fiscal após seu recebimento e conferência da **quantidade de folhas entregues**, na presença do candidato, sendo-lhe fornecido comprovante de recebimento da documentação apresentada, no qual constarão quantas folhas foram entregues.

9.17 As cópias dos documentos entregues não serão devolvidas em hipótese alguma.

9.18 Não serão avaliados os documentos:

- a) Entregues fora do prazo ou de forma diferente do estabelecido no edital de convocação para a prova de títulos;
- b) Que não forem cadastrados no Formulário de Identificação de Títulos;
- c) Cuja cópia esteja ilegível;
- d) Cuja cópia não esteja autenticada em cartório, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados do respectivo mecanismo de autenticação;
- e) Sem data de expedição;
- f) De mestrado ou doutorado concluídos no exterior que não estejam revalidados por instituição de ensino superior no Brasil e sem tradução juramentada.

9.18.1 Nestas hipóteses o candidato receberá pontuação 0,00 (zero) no(s) referido(s) documento(s), não sendo eliminado do concurso público, mantendo a eventual pontuação obtida na prova de títulos juntamente com a nota da prova objetiva para cálculo da classificação final.

9.19 O edital com o resultado da pontuação da prova de títulos será divulgado no endereço eletrônico www.fauel.org.br e Boletim Oficial do Município de Mandaguari www.diariomunicipal.com.br/amp/ e site da Prefeitura www.mandaguari.pr.gov.br.

9.20 A documentação comprobatória apresentada para a prova de títulos será analisada quanto à sua autenticidade durante o concurso público e mesmo após a admissão do candidato. O candidato será eliminado do certame ou tornado sem efeito o ato de admissão, observado o devido processo administrativo, caso seja comprovada qualquer irregularidade, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

10. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO PÚBLICO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 As classificações preliminar e final dos candidatos serão publicadas no endereço eletrônico www.fauel.org.br e Boletim Oficial do Município de Mandaguari www.diariomunicipal.com.br/amp/ e site da Prefeitura www.mandaguari.pr.gov.br, conforme cronograma previsto no **Anexo I**.

10.2 A publicação do resultado final do concurso será feita em **duas** listas, por ordem decrescente da pontuação final, contendo a primeira a lista geral com a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência e a segunda lista conterá somente a pontuação dos candidatos com deficiência.

10.3 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência, observados os percentuais reservados, as regras específicas de arredondamento e o limite máximo da reserva de vagas.

10.4 A classificação final no concurso público resultará da pontuação obtida pelos candidatos em forma decrescente, de acordo com as seguintes fórmulas:

- a) Cargos com previsão somente de prova objetiva:

$$NF = PO \text{ (nota máxima 100,00)}$$

- b) Cargos com previsão de prova objetiva e prova prática:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

NF = PO + PP (nota máxima 200,00)

d) Cargos com previsão de prova objetiva e prova de títulos:

NF = PO + PT (nota máxima 110,00)

Sendo:

PO = NOTA DA PROVA OBJETIVA

PP = NOTA DA PROVA PRÁTICA

PT = NOTA DA PROVA DE TÍTULOS

NF = NOTA FINAL

10.5 Em caso de igualdade na nota final do concurso público e como critério de desempate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

I - Tiver idade mais elevada, dentre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), completos até o último dia de inscrição, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

II - Obter maior nota na prova objetiva;

III - Obter maior nota na prova de conhecimentos específicos da prova objetiva;

IV - Obter maior nota na prova prática (quando houver);

V - Obter maior nota na prova de títulos (quando houver);

VI - Obter maior nota na prova de língua portuguesa da prova objetiva;

VII - Obter maior nota na prova de matemática da prova objetiva;

VIII - Obter maior nota na prova de conhecimentos gerais da prova objetiva;

IX - Maior idade dentre os de idade inferior a 60 (sessenta) anos;

X - Exercício na função de jurado no período entre a data de publicação da Lei nº 11.689/2008 e a data de término das inscrições.

10.5.1 Os candidatos a que se refere o inciso "X" do subitem 10.5 serão convocados, antes do resultado final do concurso, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função de jurado.

10.5.1.1 Para fins de comprovação da função citada no subitem anterior, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal, a partir de 10 de agosto de 2008, data da entrada em vigor da Lei Federal nº 11.689/2008.

10.5.1.2 Não serão aceitos como comprovantes, mandados de intimação ou de convocação para exercer a função de jurado ou carteirinhas de jurado.

10.5.2 Se aplicados os critérios supracitados ainda persistir o empate, será realizado sorteio em sessão pública, noticiado com antecedência de 03 (três) dias úteis, no site da FAUEL.

10.6 Todos os cálculos citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, sendo que as notas das provas ou a nota final não sofrerão qualquer processo de arredondamento ou aproximação.

11. DOS RECURSOS

11.1 Serão admitidos recursos quanto ao:

a) Indeferimento do requerimento da isenção do pagamento da taxa de inscrição;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

- b) Indeferimento de inscrição;
 - c) Indeferimento da solicitação de tratamento diferenciado para a realização da prova objetiva;
 - d) Indeferimento do requerimento para concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência;
 - e) Gabarito preliminar e questões da prova objetiva;
 - f) Resultado oficial preliminar da prova objetiva;
 - g) Resultado oficial preliminar da prova prática;
 - h) Resultado oficial preliminar da prova de títulos;
 - i) Resultado oficial preliminar da classificação final;
 - j) Com relação ao resultado do exame pré-admissional, devendo o recurso ser fundamentado com laudo de Médico do Trabalho, na forma e prazo a serem estabelecidos em edital.
- 11.2 O prazo para interposição dos recursos será de **02 (dois) dias úteis**, contados da data de publicação do referido edital, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido.
- 11.3 Os recursos devem seguir as determinações abaixo:
- a) Ser elaborado com argumentação lógica e consistente;
 - b) Ser claro, consistente e objetivo em seu pleito;
 - d) Apresentar a fundamentação referente apenas ao ato selecionado para recurso.
- 11.4 Serão indeferidos os recursos:
- a) Que não estiverem devidamente fundamentados;
 - b) Que não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;
 - c) Que forem interpostos em desacordo com o prazo e forma estabelecidos neste item;
 - d) Que apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada para recurso;
 - e) Cujo teor desrespeite a banca;
 - f) Relativos ao preenchimento incompleto, em duplicidade ou incorreto do cartão-resposta, nem pelo motivo de resposta que apresente rasura;
 - g) Forem interpostos de forma coletiva;
 - h) Contra terceiros.
- 11.5 O recurso apresentado terá efeito devolutivo até seu julgamento, e será recebido sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato.
- 11.6 É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações referentes aos eventos do subitem 11.1 para interposição dos recursos, sob pena de perda do prazo recursal.
- 11.7 Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no subitem 11.1, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado qualquer recurso que não seja o primeiro interposto.
- 11.8 Os recursos deverão ser redigidos por meio de formulários específicos que estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico www.fauel.org.br, e seguir as instruções ali contidas, devendo ser encaminhados até às 23h59min do prazo estabelecido no subitem 11.2 deste edital, observado o horário oficial de Brasília – DF.
- 11.9 A FAUEL não se responsabilizará pelo não recebimento de recursos por falha no envio ou envio de forma incorreta.
- 11.10 O candidato deverá utilizar um formulário para cada questão da prova objetiva quando for interpor recurso contra o gabarito preliminar, apresentando a bibliografia que justifica o recurso interposto. Formulários contendo mais de uma questão não serão aceitos.
- 11.11 Quando da publicação do edital com o resultado preliminar das notas da prova objetiva, o candidato poderá interpor recurso somente quanto à nota que lhe foi atribuída na referida prova, podendo para tanto



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

requerer que lhe seja entregue cópia do seu cartão-resposta até às 12h do último dia de recurso, não podendo rediscutir o conteúdo das questões da prova nem o gabarito definitivo.

11.12 Os pontos relativos às questões objetivas que porventura forem anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos que se submeteram à respectiva prova. Se houver alteração das alternativas divulgadas pelo gabarito provisório como sendo a correta, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo, divulgado após o prazo recursal.

11.12.1 Durante o período de recursos quanto ao resultado preliminar das provas prática e de títulos, o candidato poderá solicitar pelo e-mail concursomandaguari@fauel.org.br espelho da sua ficha de avaliação, o qual deverá ser solicitado até às 12h do segundo dia útil após a divulgação das notas preliminares da referida prova, para fins de interposição de recursos.

11.13 Os recursos das provas objetiva, prática e de títulos serão apreciados por Banca Examinadora especialmente designada pela FAUEL.

11.14 A Banca Examinadora da FAUEL constitui a última instância administrativa para recursos afetos à sua competência, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

11.15 Os demais recursos do subitem 11.1 que não estejam previstos no subitem 11.13 serão dirigidos à Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo (CLT) do Município de Mandaguari, e serão julgados pela mesma no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

11.16 A Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo (CLT) do Município de Mandaguari e Comissão Organizadora da FAUEL, após análise dos pedidos, publicará o resultado através de edital a ser divulgado por meio do endereço eletrônico www.fael.org.br e Boletim Oficial do Município de Mandaguari www.diariomunicipal.com.br/amp/ e site da Prefeitura www.mandaguari.pr.gov.br.

11.16.1 Somente serão divulgadas as respostas dos recursos contra o gabarito preliminar das questões da prova objetiva que forem considerados DEFERIDOS.

11.16.1.1 A publicação se dará no endereço eletrônico www.fael.org.br, em até 02 (dois) dias úteis após a publicação do gabarito oficial definitivo.

11.17 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos. Caso o candidato queira ter conhecimento das mesmas deverá solicitar por via eletrônica à FAUEL, pelo e-mail concursomandaguari@fauel.org.br, com a correta identificação do candidato, cargo, número de inscrição, evento recorrido e concurso público a que se refere.

11.18 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.

12. DA CONVOCAÇÃO

12.1 Após a realização do concurso e durante seu prazo de validade, o Município de Mandaguari convocará os candidatos classificados no limite de vagas para assumirem o cargo para o qual concorreram e para o qual se classificaram, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e à conveniência da Administração Municipal.

12.2 A admissão dos candidatos obedecerá, impreterivelmente, à ordem de classificação constante do resultado final.

12.3 O candidato será submetido ao regime estatutário e, após nomeado e empossado, será submetido ao estágio probatório de 3 (três) anos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

12.3.1 A avaliação do servidor com deficiência, durante ou após o período de estágio probatório, deverá considerar as condições oferecidas pelo órgão para o efetivo desempenho de suas atribuições.

12.4 Os editais relativos às convocações serão publicados na página oficial do Município e no Boletim Oficial do Município, que fixará as etapas a serem cumpridas pelo candidato, dando ampla publicidade às mesmas, podendo, a critério da Administração Municipal, ser feito contato telefônico, e-mail ou ainda pessoalmente.

12.5 Será convocado para tomar as providências cabíveis o candidato que se classificar no limite de vagas ou que for convocado após o limite de vagas, como candidato remanescente.

12.6 Chamadas remanescentes, caso sejam necessárias, serão feitas até alcançar o número de vagas previsto para o cargo, respeitando os prazos legais, e serão objeto de editais específicos com os nomes dos novos candidatos convocados.

12.7 Aos candidatos(as) aprovados(as) e que na data fixada para assumir a vaga não puderem fazê-lo, é facultado solicitar formalmente por escrito ao Executivo Municipal, nova oportunidade de nomeação, após a chamada dos demais candidatos aprovados pela ordem de classificação, indo o mesmo para final da lista de espera dos candidatos aprovados.

12.8 A Administração Municipal não será obrigada a nomear os candidatos aprovados além do limite das vagas ofertadas.

12.8.1 Preenchidas as vagas ofertadas, os candidatos remanescentes aprovados poderão ser nomeados, dependendo da abertura de novas vagas no quadro de pessoal e necessidade dos serviços, obedecendo-se o prazo de validade do concurso e a respectiva ordem de classificação.

12.9 A posse ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação oficial do ato de convocação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante requerimento do interessado, com justificativa.

12.10 O candidato convocado será submetido a exames médicos e clínicos, para avaliação de sua capacidade física e mental, a fim de desempenhar atividades e atribuições do cargo por Perícia Médica Oficial, ou por órgão devidamente indicado pelo Poder Público Municipal.

12.10.1 Em casos especiais, atendendo à natureza da enfermidade, a autoridade municipal poderá designar junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte, obrigatoriamente, o Médico Perito do Município, ou por este credenciado.

12.11 A critério da Perícia Médica, ao candidato poderá ser solicitado exames médicos complementares e/ou avaliações especializadas, às suas expensas.

12.12 Os exames complementares e/ou avaliações especializadas deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo estipulado pela Saúde Ocupacional do Município, a contar da data de solicitação, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.

12.13 A falta da apresentação dos exames mencionados no subitem anterior caracterizará a desistência do candidato.

12.14 Para os fins a que se destina, só terá validade o exame médico e a avaliação psicológica pré-admissional executados pelos profissionais e nos locais indicados ao candidato.

12.15 Em todos os exames deverá constar, além do nome, o número do documento de identidade do candidato.

12.16 O Atestado de Saúde Ocupacional será emitido pela **Perícia Médica** com a conclusão de APTO ou INAPTO para o cargo ao qual se candidatou.

12.16.1 Serão considerados inaptos os candidatos que apresentarem alterações clínicas incompatíveis com o cargo pleiteado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

12.16.2 Será também considerado inapto o candidato que apresentar psicopatologias graves e/ou patologias osteomusculares e/ou quaisquer patologias que impeçam o exercício da função, seja parcialmente ou integralmente e que possam ser agravadas pelo exercício da mesma, independente da condição de candidato deficiente ou não.

12.17 A omissão e/ou negação pelo candidato de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação.

12.18 Os candidatos considerados inaptos nos exames médicos admissionais ou que não se sujeitarem à realização dos mesmos, serão eliminados do concurso.

12.19 O candidato com deficiência que for convocado para exames médicos admissionais deverá submeter-se aos exames previstos para a comprovação da deficiência declarada, às suas expensas.

13. DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A INVESTIDURA, POSSE E EXERCÍCIO NO CARGO

13.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro de pessoal do Município de Mandaguari:

I - A nacionalidade brasileira ou estrangeira na forma da lei federal;

II - O gozo dos direitos políticos;

III - Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - A idade mínima de 18 (dezoito) anos e a máxima imediatamente inferior à prevista para aposentadoria compulsória;

VI - Possuir habilitação legal para o exercício do cargo;

VII - Não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos;

VIII - Ter sido aprovado e classificado no concurso de que trata este Edital;

IX - Não-exercício ou não-aposentadoria em cargo ou emprego público não-acumuláveis;

X - Apresentação dos documentos exigidos por lei e pelas normas próprias da Administração Municipal, bem como, quando o cargo exigir, o registro no conselho profissional competente;

XI - Possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo, constatada mediante laudo pericial realizado pela equipe médica do Município de Mandaguari, conforme regulamentação específica;

XII - Demais exigências e documentos contidos neste Edital.

13.2 O candidato aprovado e classificado às vagas ofertadas deverá entregar, no ato de investidura no cargo, os seguintes documentos, no original acompanhados de cópias a serem autenticadas no seu recebimento, além dos demais requisitos previstos neste Edital:

- a) RG - Carteira de Identidade
- b) CPF - Cadastro de Pessoa Física
- c) Título de Eleitor
- d) Certidão de Nascimento ou Casamento
- e) CNH - Carteira Nacional de Habilitação
- f) CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social (1ª e 2ª página). Em caso de Contratação CLT, é necessário a Carteira de Trabalho original.
- g) PIS/PASEP - Extrato/Comprovante
- h) Comprovante de Residência (máximo 30 dias)
- i) Comprovante de Escolaridade
- j) Registro de Órgão Responsável



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

- k) Certidão de Alistamento Militar ou Dispensa de Incorporação (para o sexo masculino)
- l) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum)
- m) 02 Fotos 3x4
- n) Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 Anos
- o) Certidão de Quitação Eleitoral atualizada emitida pela Justiça Eleitoral (pode ser retirada pelo site www.tse.jus.br)
- p) Declaração de Imposto de Renda (emitida pela Receita Federal)
- q) Declaração de que não se encontra em Situação de Acúmulo Ilegal de Proventos, Funções, Empregos e Cargos Públicos*
- r) Declaração de Bens e Valores que integram o Patrimônio Privado*
- s) Formulário de Cadastro de Pessoas*
- t) Declaração e número Conta Salário (pegar declaração para abertura da conta no Departamento de Gestão)
- u) Atestado de incapacidade/deficiência de filhos de qualquer idade, se houver.
- v) Declaração de Dependentes para Imposto de Renda*
- w) Exame Admissional

LEGENDA: * Documentos devem ser retirados junto ao Departamento de Gestão do Município de Mandaguari

13.2.1 Os atestados apresentados deverão estar dentro do período de validade da convocação.

13.2.2 Além dos documentos listados, o Município de Mandaguari poderá, à época da admissão e em razão da regulamentação municipal, solicitar outros documentos, sendo desclassificado o candidato que não os apresentar.

13.3 A posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossando.

13.3.1 Só poderá tomar posse aquele que, por junta médica oficial, for julgado apto, física e mentalmente, para o exercício do cargo, que ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação oficial do ato de convocação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante requerimento do interessado, com justificativa.

13.3.2 A posse poderá dar-se mediante procuração específica, por instrumento público.

13.3.3 Não se efetivando a posse, por culpa do nomeado, dentro dos prazos previstos neste subitem, tornar-se-á sem efeito a nomeação.

13.4 Será excluído do concurso público o candidato que não aceitar as condições estabelecidas para o exercício do cargo e/ou recusar a nomeação ou, consultado e nomeado, deixar de tomar posse ou de entrar em exercício no prazo de 03 (três) dias a contar da data da posse.

13.4.1 Além da comprovação dos requisitos especificados acima, ao candidato poderá ser solicitada, por ocasião da admissão, a apresentação de outros documentos que se fizerem necessários, por força de disposição legal de edição superveniente ou visando esclarecer situação de fato constatada com a apresentação da documentação pelo candidato.

13.5 A não apresentação dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de qualquer dos requisitos exigidos para a nomeação no cargo, especificados neste Edital, ou daqueles que vierem a ser



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

estabelecidos em legislação superveniente ou que forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e exercício do cargo e, automática e conseqüentemente, implicará a sua eliminação do concurso público e a nulidade da aprovação e classificação, e conseqüente perda dos efeitos dela decorrentes.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Será eliminado e desclassificado do concurso público o candidato que, por qualquer motivo:

- a) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
- b) For flagrado, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, seja oralmente, por escrito ou por gestos e sinais de qualquer natureza;
- c) Aquele que descumprir o disposto nos subitens 7.26, 7.27 e 7.28, mediante ata a ser lavrada pelo fiscal que surpreender o candidato fazendo uso ou com o porte dos materiais citados;
- d) Tiver atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- e) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, causando comportamento indevido;
- f) For surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
- g) Não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- h) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão-resposta e/ou folha de resposta definitiva;
- i) Afastar-se da sala, enquanto estiver realizando a prova, sem o acompanhamento de fiscal;
- j) Descumprir as instruções contidas no caderno de questões, no cartão-resposta e/ou folha de resposta definitiva;
- k) Não permitir a coleta de sua assinatura e, quando for o caso, a coleta da impressão digital durante a realização das provas;
- l) Recusar-se a ser submetido ao detector de metal ou outros procedimentos de segurança que vierem a ser utilizados na realização das provas;
- m) Não comparecer à prova ou chegar após o horário estabelecido em edital para a realização da mesma;
- n) Caso qualquer objeto venha a emitir ruídos durante a realização da prova, tais como aparelho celular, aparelhos eletrônicos ou relógio de qualquer espécie, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences e/ou conforme as orientações deste Edital.

14.1.1 Caso ocorra alguma situação prevista no subitem 14.1 deste Edital, o fiscal lavrará ocorrência e, em seguida, encaminhará o referido documento à Comissão Organizadora da aplicação de provas, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

14.2 A qualquer tempo poderá ser anulada a inscrição, as provas e a nomeação, por meio de processo administrativo devidamente instaurado, ouvido previamente o candidato, o que pode ocorrer inclusive após a homologação do resultado do concurso público, desde que verificada, por qualquer meio, a prática de qualquer ilegalidade pelo candidato, tais como falsidade nas declarações e/ou quaisquer irregularidades nas provas e/ou nos documentos apresentados, constatado por meio eletrônico, visual, grafológico ou outro, o que implicará na eliminação do candidato sem prejuízo das cominações legais.

14.2.1 Caso a irregularidade seja constatada após a admissão do candidato, o mesmo será submetido ao competente processo administrativo disciplinar pela Administração Municipal, na forma da legislação municipal em vigor.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

14.3 Não haverá segunda chamada para nenhuma prova e/ou etapa, importando a ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive moléstia, atraso, ou força maior na sua eliminação do concurso.

14.4O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público junto à FAUEL, ou relatar fatos ocorridos durante a realização do mesmo, por meio do endereço eletrônico concursomandaguari@fauel.org.br ou pelo telefone (43) 3321-3262, sendo o horário de atendimento, das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h, exceto sábados, domingos e feriados.

14.4.1 Não serão apreciadas as reclamações que forem oferecidas em termos inconvenientes ou que não apontem com precisão e clareza os fatos e circunstâncias que as justifiquem, ou que permitam sua pronta apuração.

14.4.2 Os candidatos não serão informados por telefone ou correio eletrônico a respeito de datas, locais e horários de realização das provas, assim como das convocações. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar e observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados nos locais previstos neste edital.

14.5 Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

14.6 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a FAUEL tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.

14.7 Somente será objeto de avaliação as alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste edital, ainda que não mencionadas nos objetos de avaliação constantes do Anexo III deste edital.

14.8 As datas de divulgação e resultados poderão sofrer modificações mediante prévia comunicação a ser feita pela FAUEL e Município de Mandaguari, por meio de publicação no endereço eletrônico www.fauel.org.br e Boletim Oficial do Município de Mandaguari www.diariomunicipal.com.br/amp/ e site da Prefeitura www.mandaguari.pr.gov.br.

14.9 A FAUEL e o Município de Mandaguari se reservam o direito de promover as correções que se fizerem necessárias, em qualquer fase do concurso público ou posteriormente, em razão de atos ou fatos não previstos, respeitadas as normas e os princípios legais.

14.10 O Cronograma de Execução do Concurso Público poderá ser alterado pela FAUEL ou pelo Município de Mandaguari a qualquer momento, havendo justificadas razões, sem que caiba aos interessados qualquer direito de se opor, ou algo a reivindicar em razão de alguma alteração. Será dada publicidade caso venha a ocorrer.

14.11 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em comunicado oportunamente divulgado pela FAUEL e Município de Mandaguari, no endereço eletrônico www.fauel.org.br e Boletim Oficial do Município de Mandaguari www.diariomunicipal.com.br/amp/ e site da Prefeitura www.mandaguari.pr.gov.br.

14.12 Não serão fornecidos certidões, atestados ou certificados relativos à habilitação, classificação ou notas em Concurso Público, valendo, para qualquer fim, a publicação do resultado no Órgão Oficial do Município.

14.13 Os casos omissos serão deliberados pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina – FAUEL, pela Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

(CLT) do Município de Mandaguari e Secretaria Municipal de Administração de Mandaguari, em conjunto com a Procuradoria Geral do Município de Mandaguari.

14.14 O candidato que necessitar atualizar dados pessoais e/ou endereço residencial, poderá requerer por meio de solicitação assinada pelo próprio candidato, via Sedex com AR (Aviso de Recebimento), para o endereço da FAUEL ou para o e-mail concursomandaguari@fauel.org.br, anexando documentos que comprovem tal alteração e documento oficial com foto, com expressa referência ao concurso, cargo e número de inscrição, até a data de publicação da homologação dos resultados, e, após esta data, presencialmente junto à Prefeitura Municipal de Mandaguari, no setor de Protocolo Geral, situado na Avenida Amazonas, 500 – Centro, no horário de expediente: 7:30 as 11:30 e 13:00 as 17:00 (segunda a sexta-feira), ou enviar a documentação via SEDEX com AR, para o mesmo endereço, aos cuidados da Comissão Organizadora do Concurso Público (Estatutário) e Teste Seletivo (CLT) do Município de Mandaguari.

14.14.1 A não atualização a que se refere o subitem anterior poderá gerar prejuízos ao candidato, sem nenhuma responsabilidade para a FAUEL e o Município de Mandaguari.

14.15 A FAUEL e o Município de Mandaguari não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de: a) endereço eletrônico incorreto e/ou desatualizado; b) endereço residencial desatualizado; c) endereço residencial de difícil acesso; d) correspondência devolvida pela Executora de Correios e Telégrafos (ECT) por razões diversas; e) correspondência recebida por terceiros.

14.16 Constituem partes integrantes deste Edital os Anexos I a III.

14.17 Observadas as normas do Conselho Nacional de Arquivos, a guarda da documentação pertinente ao concurso se dará durante os cinco anos seguintes à homologação da classificação final.

14.18 Após a homologação do resultado final os candidatos poderão acompanhar o andamento das convocações no Boletim Oficial do Município de Mandaguari disponível em <http://www.mandaguari.pr.gov.br> e Diário Oficial do Município de Mandaguari www.diariomunicipal.com.br/amp/ e site da Prefeitura www.mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari, 03 de maio de 2019.

**ROMUALDO BATISTA
PREFEITO MUNICIPAL**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

ANEXO I - PREVISÃO DE CRONOGRAMA

PREVISÃO DE CRONOGRAMA – CARGOS SOMENTE COM PROVA OBJETIVA	
Publicação do edital de abertura	03/05/2019
Prazo para impugnação do edital	07 a 13/05/2019
Recebimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	14 e 15/05/2019
Resultado preliminar dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	22/05/2019
Prazo para recurso da isenção da taxa de inscrição	23 e 24/05/2019
Resultado definitivo dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	31/05/2019
Período de inscrições	16/05 a 05/06/2019
Data limite para envio da documentação dos candidatos com deficiência e requerimento de tratamento diferenciado	05/06/2019
Data final para pagamento das inscrições	05/06/2019
Homologação preliminar das inscrições, resultado dos pedidos de tratamento diferenciado e da lista dos candidatos considerados deficientes	12/06/2019
Prazo para recurso quanto ao indeferimento de inscrição; indeferimento de vagas aos candidatos com deficiência e tratamento diferenciado	13 e 14/06/2019
Resultado dos recursos e homologação definitiva das inscrições	01/07/2019
Ensalamento	01/07/2019
Prova objetiva	07/07/2019
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva	08/07/2019
Prazo para recurso do gabarito preliminar	09 e 10/07/2019
Divulgação das notas preliminares da prova objetiva e Gabarito Definitivo	05/08/2019
Prazo para recurso das notas preliminares da prova objetiva	06 e 07/08/2019
Divulgação das notas definitivas da prova objetiva e classificação final preliminar.	14/08/2019
Prazo para recurso da classificação final preliminar	15 e 16/08/2019
Divulgação da Classificação definitiva e homologação final dos	22/08/2019



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

cargos apenas com prova objetiva

PREVISÃO DE CRONOGRAMA – CARGOS COM PROVA OBJETIVA, PRÁTICA E TÍTULOS	
Publicação do edital de abertura	03/05/2019
Prazo para impugnação do edital	07 a 13/05/2019
Recebimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	14 e 15/05/2019
Resultado preliminar dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	22/05/2019
Prazo para recurso da isenção da taxa de inscrição	23 e 24/05/2019
Resultado definitivo dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	31/05/2019
Período de inscrições	16/05 a 05/06/2019
Data limite para envio da documentação dos candidatos com deficiência e requerimento de tratamento diferenciado	05/06/2019
Data final para pagamento das inscrições	05/06/2019
Homologação preliminar das inscrições, resultado dos pedidos de tratamento diferenciado e da lista dos candidatos considerados deficientes	12/06/2019
Prazo para recurso quanto ao indeferimento de inscrição; indeferimento de vagas aos candidatos com deficiência e tratamento diferenciado	13 e 14/06/2019
Resultado dos recursos e homologação definitiva das inscrições	01/07/2019
Ensalamento	01/07/2019
Prova objetiva	07/07/2019
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva	08/07/2019
Prazo para recurso do gabarito preliminar	09 e 10/07/2019
Divulgação das notas preliminares da prova objetiva e Gabarito Definitivo	05/08/2019
Prazo para recurso das notas preliminares da prova objetiva	06 e 07/08/2019
Divulgação das notas definitivas da prova objetiva	14/08/2019
Convocação para as provas práticas e para entrega de títulos	14/08/2019
Entrega de títulos	22 e 23/08/2019



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Provas práticas	24 e/ou 25/08/2019
Divulgação das notas preliminares das provas práticas e de títulos	04/09/2019
Prazo para recurso das notas preliminares das provas práticas e de títulos	05 e 06/09/2019
Divulgação das notas definitivas das provas práticas e de títulos e classificação final preliminar	17/09/2019
Prazo para recurso da classificação final preliminar	18 e 19/09/2019
Divulgação da classificação final definitiva e Homologação final do Concurso	25/09/2019